

póvoadelanhoso
Assembleia Municipal



Aos 28 dias do mês de fevereiro do ano de 2018, pelas 20h30, no Theatro Club da Póvoa de Lanhoso, sob a presidência de João Manuel Correia Rodrigues Duque, secretariado por José Miranda Gomes e por Maria Alice Rodrigues de Sousa, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (15`):

Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto Dois (15`):

Proposta do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para fixar o número de comissões, área de competências e número dos seus membros, conforme o disposto no artigo 47º do Regimento.

Ponto Três (20`):

Informações da Câmara Municipal, nos termos legais:

- a) Informação Trimestral da EPAVE – 4.º Trimestre, nos termos da lei 50/2012, de 31 de agosto.
- b) Informação sobre os compromissos plurianuais assumidos no ano de 2017.
- c) Informação sobre os apoios prestados no ano de 2017, no âmbito do regulamento para atribuição de apoios a Juntas de Freguesia ou União de Freguesias do Concelho da Póvoa de Lanhoso – Câmara Amiga das Freguesias.

Ponto Quatro (15`):

Proposta da Câmara Municipal para alteração ao mapa de pessoal do município da Póvoa de Lanhoso, nos termos do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários da Administração Pública, recentemente regulado pela Lei n.º 112/2017.

Ponto Cinco (15`):

Proposta da Câmara Municipal para afetação ao domínio público de áreas integrantes do espaço denominado “Recinto da Feira Semanal”, sito na freguesia da Póvoa de Lanhoso - Nossa Senhora do Amparo, para os efeitos previstos na al. q) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Seis (15’):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação do projeto de Regulamento de Medidas de Apoio Social – Póvoa Solidária, para os efeitos previstos na al. g) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16’)

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: Luís Jorge Amaro da Costa; Luís Carlos Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; João António Rodrigues Marques; Diogo Amaral de Sousa; Sónia Margarida da Silva Fernandes; José João da Costa Fraga.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Graciano Filipe Direito Fernandes; Filipe Almeida Silva; Maria Elisabete Cardoso da Cunha; Miguel da Cunha Pereira; José Ângelo Sáavedra de Almeida Faria; João Ferreira de Oliveira; Paulo Alexandre Almeida Ferreira de Bastos; Manuel Joaquim Ferreira de Sousa; António Luís Gomes Carvalho.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União de Freguesias de Águas Santas e Moure; União de Freguesias de Campos e Louredo; União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira.

Estiveram presentes na bancada do MAI os seguintes membros: Rui Manuel de Macedo Rebelo; Pedro Alexandre Dias Afonso; Carla Maria Canotilho Alberto dos Santos.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas; e Ferreiros.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Avelino Adriano Gaspar da Silva; Maria Gabriela da Cunha Baptista Rodrigues da Fonseca; André Miguel Lopes Rodrigues; Estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; António Joaquim Barros da Silva; Carla Sofia Vieira Carvalho.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, saudou todos os presentes. Colocou a votação do plenário a ata da sessão ordinária realizada no dia 27 de dezembro de 2017. Informou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade. Concedeu a palavra à Secretária da Mesa, Alice Sousa para leitura da correspondência recebida.

Interveio o Presidente da Mesa, João Duque e no uso da palavra referiu:

“Muito obrigado. Como é habitual, a correspondência encontra-se disponível para consulta, se alguém o desejar. Entretanto, recebemos do GP do MAI, uma proposta que consiste na fundamentação por escrito da constituição de uma comissão de acompanhamento orçamental, que será discutida na próxima reunião de líderes e, se for o caso, virá a votação na próxima sessão da Assembleia Municipal.

“PROPOSTA

Considerando que compete à Assembleia Municipal o acompanhamento, avaliação e fiscalização da atividade e desempenho autárquico do Executivo Municipal;

Tendo em conta que uma componente essencial dessa atividade, se não a mais relevante, se expressa na vertente financeira, orçamental e demais áreas conexas, nomeadamente a gestão de tesouraria, tributária e creditícia;

Considerando que o acompanhamento e controlo político revela-se de particular interesse e importância para a Assembleia Municipal, que deve dispor de informação credível e independente sempre que seja chamada a pronunciar-se sobre os documentos de gestão apresentados pelo Executivo para sua apreciação e aprovação;

Notando que as exigências de um acompanhamento mais próximo e mais aprofundado não possibilitam o seu exercício por parte da Assembleia Municipal no seu conjunto, por razões, desde logo, de manifesta impraticabilidade;

Considerando que para além do mais, tal acompanhamento requer um nível de disponibilidade, conhecimentos e de domínio técnico das matérias em avaliação, impondo-se, por isso, que as forças políticas representadas na Assembleia Municipal indiquem quem melhor se encontre preparado para o efeito;

Atendendo, por outro lado, que a Assembleia Municipal se propõe constituir várias comissões de acompanhamento da atividade referente a outras áreas de atuação e de gestão municipal, tidas como relevantes, o que se afigura constituir boa prática;

Considerando que a constituição de uma comissão de acompanhamento da execução do plano de atividades e do orçamento poderia constituir uma mais-valia para o próprio Executivo Municipal, que poderia beneficiar do seu contributo crítico, no tocante ao respetivo desempenho, para além de dotar o plenário da Assembleia Municipal de informação adicional e independente do órgão de gestão, capaz de melhor o habilitar a apreciar e tomar posição sobre os documentos fundamentais do governo municipal, como são o plano de atividades e o orçamento;

Atendendo a relevância e a necessidade da Assembleia Municipal dispor dessa fonte de informação com regularidade, que à referida comissão incumbiria produzir, através de relatórios periódicos (trimestrais) que fizessem o ponto da situação à data da sua elaboração e uma análise crítica da evolução até aí verificada;

Considerando os fundamentos ut supra elencados, donde emerge com mediana clareza a inegável importância para a boa gestão municipal e para um correto e esclarecido acompanhamento dessa gestão por parte da Assembleia Municipal, a criação dessa comissão de acompanhamento da execução do plano de atividades e do orçamento municipais;

Considerando, ainda, que tal comissão de acompanhamento deve ser enquadrada na perspetiva da cooperação institucional com o Executivo Municipal, bem como observar no sentido positivo as características do princípio da separação de poderes de cada órgão do Município.

Assim, o Movimento Alternativa Independente (MAI) propõe a criação de uma comissão no âmbito da Assembleia Municipal, com representação de todas as forças políticas, para acompanhamento da execução do respetivo plano de atividades e orçamento, de modo a contribuir para uma melhor, mais participada e mais transparente gestão municipal.

Vila da Póvoa de Lanhoso, Teatro Club, 28 de Fevereiro de 2018.

O Grupo Parlamentar Municipal do Movimento Alternativa Independente.”

Entretanto, por decisão da última conferência de líderes foi criado um grupo de trabalho para revisão do Regimento em alguns pontos que se considerou importante. Esse grupo de trabalho é constituído pelos seguintes elementos: da parte do GP do PSD, os deputados Luís Amaro, Sónia Fernandes e Luís Carvalho. Da parte do GP do PS, os deputados Gilberto Anjos e Paulo Gago. Da parte do GP do MAI, o deputado Rui Rebelo. Em representação das Juntas de Freguesia, o deputado José Manuel Costa da Silva e em representação da Mesa, o secretário José Miranda Gomes. Será presidido este Grupo pelo secretário da Mesa, o deputado José Miranda Gomes, que depois organizará as sessões de trabalho e apresentará a proposta a esta Assembleia.

Recordo os membros da Assembleia que há a possibilidade de receber as convocatórias por e-mail. Como foram poucos ainda os que comunicaram isso, deduzo que haja mais

interessados talvez em recebê-lo. Portanto, faremos um envio de e-mail já com o e-mail para o qual podem responder, se desejam receber por e-mail, mas quem quiser deixar por escrito na tradicional forma de papel, há aqui um papel e podem escrever aqui o nome, depois, no final.

Quanto à distribuição dos tempos para a sessão de hoje, seguindo o nosso Regimento, serão do seguinte modo: para o PAOD, a que são atribuídos 45 minutos, ao GP do PSD serão atribuídos 24 minutos, ao GP do PS 18 minutos e ao GP do MAI 3 minutos.

O PIPJ é de 16 minutos, sendo distribuídos ao GP do PSD 9 minutos, ao GP do PS 7 minutos. Recordo que as inscrições para esta intervenção deverão ser feitas até ao final do PAOD.

O POD consta de vários pontos, como tem na agenda. Os pontos a que são atribuídos 15 minutos, são divididos como de costume: 7 minutos para o GP do PSD, 5 para o GP do PS e 3 para o GP do MAI. O ponto 3, a que são atribuídos 20 minutos, serão para o GP do PSD 10 minutos, para o GP do PS 7 minutos, para o GP do MAI 3 minutos. O PIP, caso haja interessados, é de 16 minutos, no máximo de 4 minutos por cada intervenção. A inscrição deverá ser feita até imediatamente antes do POD, ou seja, até ao final das intervenções dos Presidentes de Junta. Passamos então ao PAOD. Encontram-se abertas inscrições para intervenções. Senhor deputado Filipe Silva, se faz favor.”

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Eu gostava de nesta primeira intervenção abordar aqui alguns assuntos que nos parecem de extrema importância para o Concelho e que, devido a essa mesma importância serão assuntos que devem aqui ser analisados, debatidos ou esmiuçados de forma bem clara. O primeiro assunto está relacionado com um tema de dimensão nacional, que tem inclusive sido notícia de norte a sul do país nos últimos dias: estou a referir-me ao plano de prevenção contra incêndios e às medidas que estão a ser, neste momento, implementadas pelas autarquias locais. Certamente ninguém terá ficado indiferente à catástrofe que assombrou o nosso país no ano transato, catástrofe que se estendeu também ao nosso Concelho que, à imagem do que foi acontecendo em todo o território nacional, foi fustigado por inúmeros incêndios que devastaram grande parte da nossa área florestal. Apesar de efetivamente o ano 2017 ter sido um ano muito negro – talvez não haja memória de um ano tão dramático neste capítulo – a verdade é que este é um problema que não é de ontem nem tampouco do ano passado. É um problema que tem muitos anos e que foi sendo empurrado ou desvalorizado um pouco por todos, desde os proprietários ao Governo, passando pelas autarquias, entre outros.

Mas o que urge neste momento não é de todo estarmos a discutir de quem é a culpa do que aconteceu no passado, mas sim agir para que não volte a acontecer no futuro, sob pena de continuarmos a prolongar o problema no tempo, à boa maneira portuguesa.

Chega de ano após ano nos lamentarmos por tudo de mal que acontece, mas sem nunca dar um passo efetivo para que não aconteça. É hora de agir ao invés de nos lamentarmos.

Neste sentido, perguntamos à autarquia se fez algum levantamento de área ardida no Concelho no último ano e se fez essa comunicação às entidades competentes, mais concretamente ao Ministério da Agricultura? Temos conhecimento de alguns proprietários que foram vítimas dessa catástrofe do ano passado e tiveram avultados prejuízos e que, se porventura pretenderem pedir indemnizações ao Estado, terão necessariamente que apresentar documentações com esses dados.

Sabemos que a autarquia tem participado, juntamente com os Bombeiros e a Guarda Nacional Republicana, em diversas ações de sensibilização em várias Freguesias do nosso Concelho e pedimos que o executivo municipal esclareça esta Assembleia sobre o tipo de mensagem que é transmitida nestas ações de sensibilização e, ao mesmo tempo, se tem algum feedback do resultado ou do impacto que estas ações de sensibilização têm. Não sei se a Câmara o faz ou não, porque também nunca nos deram dados disso, mas vemos através da atividade que nos vai sendo apresentada pela Câmara Municipal que valoriza muito e bem – e repito, para que não fiquem dúvidas – valoriza muito e bem as ações de sensibilização como medida de prevenção para alguns problemas que assombram a sociedade. Mas, quando estamos deveras focados na resolução dos problemas, a nossa ação não se pode esgotar nas ações de sensibilização. Aliás, fazer ações de sensibilização sem que se crie um mecanismo a posteriori para que possamos medir o impacto das mesmas, pode não nos servir de muito, podendo mesmo induzir-nos facilmente no erro de acharmos que estamos a ter um papel muito importante na prevenção de um problema e não percebermos que aquela ação pode ter um impacto nulo naquilo que serão os nossos objetivos. Repito, não sei se a autarquia o faz ou não, mas se faz, achamos que seria importante especificar aqui qual o feedback, qual o impacto que estas ações de sensibilização estão a ter no Concelho.

Ainda relativamente a este tema e porque achamos que podemos aqui fazer a diferença, se efetivamente estivermos interessados em resolver o problema e se efetivamente quisermos prestar um serviço à população naquilo que serão a defesa dos interesses ou a proteção do nosso património, perguntávamos à Câmara Municipal que outras medidas tem em mente, para além destas ações de sensibilização; se está ou não a preparar uma intervenção de fundo, para que sejamos um exemplo de boa governação. Existe uma tabela de áreas prioritárias onde devemos focar a nossa ação neste tema? Há ou não uma estratégia para agir nessas áreas consideradas prioritárias?

Outro assunto que é também extremamente importante naquilo que é a ação social do Município, área em que todos reconhecemos o papel e o bom trabalho dos últimos executivos municipais, prende-se com o protocolo recentemente assinado entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a Comissão de Proteção do Idoso. No mesmo dia em

que foi assinado este protocolo foi apresentado o Provedor do Idoso. Sobre o protocolo assinado com a referida Comissão, pedimos que nos esclareçam quais os contornos desse protocolo. Relativamente ao Provedor do Idoso, ficamos sem perceber qual será efetivamente o seu papel e de que forma irá contribuir e para quê? Pedia por favor que nos esclarecessem.

Por último, pedir ao executivo que nos faça um breve ponto da situação de todas as candidaturas que estão previstas avançar e cujas obras já deviam ter avançado. Algumas já há muito tempo, como é o caso da Praça Eng.º Armando Rodrigues. Há também uma série de placas espalhadas um pouco por todo o Concelho, já desde a altura da campanha eleitoral para as últimas autárquicas, que anunciam o início do investimento em rede de água e saneamento, mas a verdade é que as obras tardam a começar e portanto pedimos que nos façam um breve ponto da situação de todas estas situações. Muito obrigado.”

Depois o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado do GP do MAI Rui Rebelo, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“ Senhor Presidente da Câmara, temos aproveitado os períodos antes da ordem do dia para trazer alguma ação, assuntos de relevância política e matérias de manifesto interesse público. Acompanhamos neste caso o PS, que trouxe uma problemática que diz respeito a todo o país mas que também nos preocupa muito aqui no Concelho. Temos dito e redito que é o presente e o futuro que nos preocupa. Não é o passado. O senhor deputado municipal do PS já referiu os trágicos acontecimentos dos incêndios florestais em 2017. Não tenho tempo, não importa abordar isto, mas importa sabermos o que está a acontecer, o que está a ser pensado, planeado, executado, em termos de terreno, no nosso Concelho, quer pela Câmara Municipal quer pela Proteção Civil. Até porquanto o ponto número 3 tem um documento muito importante que é a análise essencial da atividade do Município e apenas faz uma referência lacónica a esta questão, dizendo que foi decidido reforçar a sensibilização da população, já a partir de fevereiro deste mês. Claro que as ações de sensibilização que aqui foram referidas são muito importantes, são contributos decisivos. Mas há trabalho a ser feito no terreno e com urgência. Há um tempo para a sensibilização, há um tempo para o planeamento, há um tempo para a prevenção e há um tempo para atuação.

Sabemos que a Câmara Municipal solicitou às Juntas de Freguesia – e estão aqui os Senhores Presidentes ou representantes que podem abordar isso, que é importante – a identificação dos proprietários dos terrenos e a identificação das situações de risco. Sabemos que o Estado Central tem imensas responsabilidades nisto. Isto já vem desde

2006 e sabemos que tem que assumir as suas responsabilidades, que são gigantescas e são financeiras. E sabemos que o Senhor Ministro da Administração Interna teve aqui mais olhos que barriga, porque vai ser difícil aplicar a todo o espaço territorial do país esta decisão musculada agora no Orçamento de Estado. Sabemos também, e isso é que nos preocupa, que a Póvoa de Lanhoso não tem aprovado o plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, que tem de ser aprovado até 31 de março. Basta consultar o site, como eu fiz hoje de tarde, para preparar esta intervenção, o site do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas para ver que nós, em termos de plano de primeira geração, nunca tivemos sequer uma proposta neste Município. Tivemos num plano de segunda geração, uma proposta do Município em 2014 que, por não ter cumprido os itens legais, foi indeferida em dezembro desse ano.

E não havendo este plano, quem conhece a legislação sabe que a Câmara, depois, não terá legitimidade para penalizar os privados que não cumprirem a tarefa de defesa e de limpeza do espaço de segurança na defesa contra incêndios.

Estamos também longe de iniciar o processo do cadastro da nossa floresta no Concelho, o que é muito importante. Assim, tomamos a liberdade, senhor Presidente, de lhe colocar algumas questões, para que pedimos respostas concretas. (Meio minuto, obrigado senhor Presidente, são só 4 questões). O Município está preparado para assumir as suas responsabilidades e afirmar a sua disponibilidade em termos prioritários e empenho colaborativo na resolução desta problemática? O que é que a Câmara Municipal estabeleceu ou vai estabelecer, neste ano, em relação à dita atitude, que seja proactiva e preventiva, como sendo do Governo da República para a floresta do nosso Concelho? Que isto até já está pensado e lançado e implementado no terreno pela Câmara Municipal. E estando a duas semanas do termo do primeiro prazo – vou já terminar Sr. Presidente – e dado que, se foi facilitada a vida aos privados porque acabou o registo de queimadas e de queimas, gostaríamos de saber quantos proprietários foram notificados para a limpeza e qual a área a que correspondem essas notificações? Em que Freguesias? Do total das notificações, se há já uma ideia da quantidade nas áreas intervencionadas, e informação da quantidade de intervenções que deveriam ser ainda concretizadas até 15 de março? Agradecia resposta a estas questões, está bem, senhor Presidente.”

Depois o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“ Completaram-se recentemente 4 meses de mandato autárquico, que iniciamos em 20 de outubro do ano passado. O caminho percorrido é ainda curto mas permite que se

retire, desde já, um conjunto de conclusões importantes. Esta Assembleia Municipal tem como uma das suas principais funções a da fiscalização da atividade da Câmara Municipal e a avaliação política do cumprimento do programa eleitoral que os povoenses maioritariamente escolheram. Cumprindo esse objetivo, ao fim destes 4 meses olhamos para trás e o que vemos? Vemos uma Vila em mudança, com profundas alterações, com obras de requalificação das suas principais ruas. Vemos os passeios a voltar a ser para as pessoas. Vemos o Parque do Pontido a crescer. Vemos esta sala sempre cheia para ver teatro. Vemos empresas a fixarem-se no Concelho. Vemos empresas a crescer de forma exponencial ao mesmo tempo que desce o desemprego. Vemos o Presidente da Câmara a atender os povoenses nas suas Freguesias. Vemos obras de água e saneamento a arrancar em várias frentes. Vemos a Vila cheia de carros com movimento e com vida, como há muito não se via. Vemos um Presidente da Câmara presente, a acompanhar as movimentações que, um pouco por todo o lado, se desenrolam; querendo estar com as instituições do Concelho nas suas atividades. Vemos uma Câmara a melhorar significativamente a sua comunicação com os cidadãos. Vemos uma autarquia que não descarta a sua responsabilidade social, antes a reforça com a criação da figura do Provedor do Idoso. Vemos a atribuição do maior número de bolsas de estudo de sempre. Vemos um Castelo a bater record de visitantes. Vemos, em suma, um Concelho que não se resigna e rejuvenesce a cada dia que passa. Senhoras e senhores deputados, vemos um caminho que a todos nos deve tranquilizar e motivar. Vemos um rumo e assistimos ao cumprimento daquilo que o senhor Presidente da Câmara referiu no dia da sua posse. Estamos a transformar a Póvoa de Lanhoso numa terra com melhores condições para viver, para trabalhar e para se visitar.

Senhor Presidente da Câmara, o GP do PSD quer dizer aqui e agora que estamos muito satisfeitos com este início de mandato. Os costumeiros arautos da desgraça estão por agora a ficar sem argumentos para as suas narrativas. Mas isso é bom. Porque todos os que aqui estamos, mesmo de quadrantes políticos distintos, queremos o melhor para a nossa terra. Tenho a certeza que todos desejamos que este ritmo não abrande, que agora se avance com a requalificação da Praça Eng.º Armando Rodrigues, se execute a requalificação da Feira Semanal e se avance com a obra da EB 2/3 Gonçalo Sampaio. Pelo que nos é dado a observar, neste início de mandato, este será um ano marcante na história da Póvoa de Lanhoso.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, que assim continue é o que esperamos. Muito obrigado.”

Depois o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Manuel de Sousa.

Interveio o deputado do GP do PS, Manuel de Sousa, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Inicio esta breve comunicação endereçando a todos os que, em consequência do último ato eleitoral, assumiram responsabilidades autárquicas, votos de que cumpram os vossos mandatos com elevação e o sentido de entrega que a causa pública a todos nos obriga.

Não posso deixar de expressar em especial aos membros desta Assembleia, onde pontua um perfil jovem promissor, uma enorme satisfação. Pois reconheço, na maioria dos rostos, jovens com que me cruzei em inúmeras horas do meu trabalho enquanto professor na Escola Secundária da nossa Vila da Póvoa. Estou convicto de que aquilo que os move será especialmente o progresso desta terra e a melhoria das condições de vida das populações que aqui representam. Sei que as suas carreiras e quiçá ambições não se sobreporão à obrigação ética de pugnarem por uma sociedade em que todos os seres humanos, independentemente da cor da pele, do crédito que professam, dos ideais políticos que perfilham, tenham acesso com equidade aos benefícios da vida em comunidade.

Assim, quando aqui se falar dos povoenses não haverá certamente a distinção entre os nossos povoenses e os outros, mas todos nos merecem o melhor do nosso esforço na condição da coisa pública.

Estou convicto de que para sempre o bem comum e a sua consciência estará acima de qualquer tipo de lógica de interesses e, no cumprimento da missão que os incumbiram, temos consciência de algumas situações da vida da nossa Póvoa que nos instam a tomarmos a palavra.

Assim, começo por pedir a atenção do Senhor Presidente da Câmara, bem como da sua Vereação, para a questão do trânsito e do estacionamento junto à Escola Secundária. O facto de muitos que aí trabalham residirem fora da Vila obriga-os a recorrerem a transporte próprio. Acontece que, depois das alterações nos serviços de atendimento nas instalações do Hospital António Lopes, a faixa destinada a estacionamento para quem trabalha ou se dirige à Escola Secundária está praticamente ocupada desde as 8 da manhã, o que causa transtornos de vária ordem aos profissionais da escola pública. No sentido de melhorar essa situação, sugere-se que, para aumentar o número de estacionamentos disponíveis, se volte à situação de trânsito em sentido único da Rua da Misericórdia, promovendo-se o estacionamento em espinha, o que aumentará significativamente os lugares disponíveis. Na verdade, esta medida tem fácil aplicação, já que há outras soluções para escoamento de trânsito.

Outra situação para a qual chamo a atenção de V.Ex.^a é a qualidade das intervenções da reparação das vias públicas. Os remendos de betuminoso. Muitas dessas intervenções são um manifesto desperdício de recursos humanos e materiais. Não basta besuntar a

via com argamassa betuminosa. São importantes, julgo, intervenções mais metódicas que aguentem o uso e as inclemências do clima.

Outro ponto da reflexão que se me colocou: consultando os dados por data, verifiquei que os números das exportações alcançadas pelas empresas do Concelho são números animadores. Em 2016 houve um saldo de 64 milhões de euros. Não obstante, confrontando esses valores com o rendimento per capita do nosso Concelho, este fica bem abaixo da média do país. Abaixo de 70%. Números de 2015. O que me deixa perplexo. Por isso me interrogo se tal não contribui para que os jovens casais não se fixem no nosso Concelho e continuem a partir para outras paragens, pois com salários mínimos e porventura com poucas expectativas, as famílias se vejam limitadas e procurem outras paragens. Será necessário, penso, que junto das entidades empregadoras haja uma sensibilização para esta problemática.

Um outro motivo de preocupação que me tem assaltado é a questão das acessibilidades. Para quando melhorar a circulação alternativa ao Centro da Vila? Quando em conjunto com outros Municípios se procurará uma solução para a velha, saturada e impraticável estrada nacional 310? Continuamos a demasiados minutos da autoestrada e isso pode constituir-se o fator inibidor da instalação, na nossa terra, de novas empresas e atividades.

E para finalizar, como estamos próximos da Feira Franca de S. José, venho a propósito falar da Feira de Gado e passo a questionar: o que é que o executivo camarário fez nos últimos mandatos para incentivar e desenvolver a pecuária? Que produtores existem no Concelho que se dedicam à criação de efetivos de raças autóctones? Não se pode, por um lado, deixar na penúria a atividade do dia-a-dia para depois, numa cerimónia bastante folclórica e pouco genuína, promover a entrega de prémios quase sempre a criadores de fora do Concelho.

E, já agora, o facto do perfil mais industrializado que o Concelho tem ganho não nos pode levar a esquecer uma feição rural que o Concelho naturalmente tem e que deve ser estimulada e incentivada, como noutras terras aqui próximas.”

Depois o Presidente da Mesa, João Duque concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador, André Rodrigues, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Duas problemáticas foram aqui levantadas e que versam basicamente o mesmo assunto. O PMDCI e os incêndios florestais.

O Município tem trabalhado, conjuntamente com os Bombeiros, de uma forma árdua. Temos tido aqui um trabalho de colaboração que, a nível distrital, é único. Nós temos uma grande proximidade com os Bombeiros e eles têm trabalhado connosco, quer na sensibilização mas também naquilo que é o nosso terreno. Começando por aí. Neste

momento a Câmara Municipal está a fazer o levantamento juntamente com as Juntas de Freguesia, daqueles que são os caminhos florestais relevantes para o ataque aos incêndios. Todos os Presidentes de Junta de Freguesia que aqui estão foram questionados para darem a resposta a quais são os caminhos florestais que acham que merecem ser reabilitados. A Câmara Municipal tem os meios dispostos e prontos para fazer esse trabalho. Está disposto, e já o fizemos, e vamos ter já no futuro próximo, máquinas pesadas cá no Concelho também para dar esse apoio.

Apoio aos Bombeiros. Nós apoiamos ao nível de logística, fazemos a reparação dos veículos, subsidiamos grande parte da atividade dos Bombeiros, participamos 50% dos custos da equipa de intervenção permanente. Portanto, os Bombeiros têm tido um acompanhamento muito grande por parte da Câmara Municipal. Vamos, já para este Verão, voltar àquele programa, porque ele foi aberto pelo IPDJ, da vigilância da área florestal. Quer isto dizer que vamos ter jovens voluntários, que podem estar na floresta, como já estiveram há uns anos atrás, novamente. Isso vai acontecer novamente. O programa está aberto, nós vamo-nos candidatar e vamos ter mais jovens a trabalhar connosco.

O levantamento das áreas ardidadas é feito pela GNR. É uma competência da GNR. A Câmara Municipal faz esse levantamento para áreas ardidadas contíguas superiores a 5 hectares, apenas para fazer a ponte com o ICNF, para não existirem erros, ou seja, a Câmara Municipal comprova aquele valor que foi enviado pela GNR.

Também quanto aos incêndios florestais e à prevenção, vai existir, por parte da CIM do Ave, uma candidatura para uma Brigada de Sapadores Florestais. Uma Brigada composta por máquinas pesadas e por três equipas que estão disponíveis e que vão trabalhar na área da CIM.

Os Senhores Presidentes de Junta já sabem que nós temos e algum – vejo aqui o senhor Presidente Ricardo, de Galegos – já nos solicitou para nós irmos fazer uma visita ao local, para realizarmos uma queimada e é nisso que nós também já estamos a trabalhar. Senhor deputado Rui Rebelo, o PMDCI vai ser remetido para aprovação nas próximas duas semanas. Nós recebemos no dia 14 de fevereiro, nomeadamente no dia de Carnaval, às 9 da noite, uma resposta do ICNF, resposta essa que vem de uma questão colocada ou de várias questões colocadas já no mês de outubro, que versavam essencialmente sobre a perigosidade florestal das áreas urbanas. Apenas o Município da Póvoa de Lanhoso e Esposende, em todas as propostas de PMDCI que foram enviadas para o ICNF, poderiam ter área urbana sendo considerada como perigosa. Nós não nos revemos nessa proposta, nós nunca podemos aceitar esse parecer do ICNF e nesta última resposta foi-nos dada a indicação de que a área urbana realmente não iria contar para o índice de perigosidade; quer isto dizer apenas que não existirá nenhum problema na construção em área urbana. Portanto nós já estamos a fazer o levantamento. O Município já está a fazer o levantamento da cartografia. Ela já vai ser remetida para

uma empresa. Aliás, foi remetida hoje; nos próximos 15 dias é-nos enviada e será enviada para aprovação.

A Câmara Municipal está a colocar todos os meios à disposição dos munícipes. Os nossos fiscais, pois grande parte, neste momento, das ocorrências que surgem são exatamente sobre a limpeza de terrenos e nós estamos apenas a falar de proteção de pessoas e bens. Estamos a falar de proteção das casas, que é o raio de 50 metros nos aglomerados rurais, que são os aglomerados superiores a 10 casas, zonas industriais, estradas, entre outros. Aí é que o Município tem a sua atuação definida. Em toda a outra área, o Município não pode atuar e não tem como, porque nenhuma legislação foi criada para o efeito. Depois de sair esta legislação, todas as notificações são enviadas para as pessoas limparem até 15 de março. São essas as indicações que vêm na lei, portanto é isso que nós estamos a enviar. Neste momento não conseguimos dizer quem é que limpou, quem é que não limpou, porque só depois da primeira notificação terminar é que os fiscais vão verificar se ela foi realmente cumprida ou não. Nós temos os dados da quantidade de notificações que receberam, contudo, ainda não sabemos se elas foram realmente limpas ou não. A partir do dia 15 de março, os fiscais vão fazer esse controlo.

As ações de sensibilização: até agora, nós estamos a sentir um impacto positivo. Os senhores Presidentes de Junta também já sentem isso. Quando nós vamos a uma Freguesia, na semana a seguir, o tema de assunto é esse, o nosso gabinete florestal recebe imensas chamadas sobre isso. As notificações e as denúncias nessas mesmas Freguesias são grandes, aumenta exponencialmente o número; portanto, o impacto está a ser criado e estamos a chegar às pessoas que realmente interessam. Por isso e por tudo o que falei, creio que o Município está a dar aqui um apoio interessante a esse nível. Estamos a fazer aqui aquilo que nos compete e estamos a ir até ao limite das nossas capacidades.

Respondendo ao deputado Manuel Sousa: de facto, a envolvente da Escola Secundária cada vez tem mais carros, é verdade, isso é um sinal de desenvolvimento da Vila. É sinal que existe maior procura para a Vila, é sinal que as pessoas vêm mais para a Vila. Neste momento, o estacionamento da Rua da Misericórdia, naquele trecho, entre o Hospital e o Jardim de Infância, é de sentido único, os carros estacionam todos, eu recordo-me perfeitamente do lado esquerdo; não estacionam em espinha porque a Rua assim não o permite, porque não tem largura suficiente, mas estacionam paralelamente ao passeio. E creio que respondi a tudo. Obrigado.”

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, cumprimentou os presente e no uso da palavra, referiu:

“Bem-vindos a esta Assembleia. É bom sentir que a Póvoa está connosco, porque temos assistido a que o público é cada vez maior nesta Assembleia. Obrigado a todos.

Para responder às perguntas que me foram dirigidas. Para começar, sobre as obras que estão a ser executadas na Póvoa de Lanhoso, começamos pelo Pontido, em que está em fase de acabamento. Estão os pedonais também já a ser executados. Temos a obra para começar no dia 20 de março, da Praça. A Escola Secundária ainda está a finalizar os procedimentos. A EB 2/3, peço desculpa, está a finalizar os procedimentos e estamos a candidatar a Feira Semanal. Acho que respondi à sua pergunta sobre esta matéria.

Em relação à água e saneamento, começaram ontem as obras. A maior parte dos Presidentes de Junta que tem obras nas suas Freguesias já foram contactados. Se não foram contactados vão ser contactados nesta semana ou na próxima, para saberem quando é que vão começar, na sua Freguesia, as referidas obras. Eu tenho aqui a calendarização de todas as obras, mas acho que são muitas. Se quiserem eu elenco cada obra, mas os Presidentes da Junta vão ser chamados e estão a ser chamados para saber quando é que as obras vão começar; e de certeza que vamos ser muito breves, como pedimos, por exemplo, para que a requalificação da Praça seja feita em 3 meses. Vamos ver se conseguimos esse objetivo, porque é importante para todo o comércio local e para nós todos.

Em relação ao Provedor do Idoso, senhor deputado, a escolha do Provedor do Idoso foi muito bem decidida e era necessária. Fizemos uma parceria com a Comissão de Proteção do Idoso e ouvimos os parceiros das redes sociais. A escolha é uma decisão minha e que não podia ser diferente. Eu fui eleito para decidir e só levo às reuniões de câmara o que é necessário levar. Neste caso não era necessário. Ouvi quem tinha que ouvir e que era a rede social que tinha que ouvir e fui mandatado para escolher o Provedor. O trabalho desse Provedor é para sinalizar pessoas com problemas e acompanhar as mesmas. Eu penso que respondi a todas as perguntas de obras e do Provedor do Idoso, mas se tiver mais dúvidas, estou aqui para responder. Obrigado a todos.”

Depois o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Gilberto Anjos.

Interveio o deputado do GP do PS, Gilberto Anjos, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Não tinha planeado nem pensado fazer uma intervenção no PAOD, mas não posso deixar de a fazer, quando é dito aqui pelo deputado da bancada do PSD, Luís Amaro, de facto, que se vê muitas obras, mas estamos numa Assembleia Municipal e não numa Assembleia de Junta de Freguesia da Nossa Senhora do Amparo. Há muitas obras a ser feitas na Vila, é um facto. Inquestionável a necessidade delas; mas há muitas outras obras que ainda não estão acabadas noutras Freguesias. Falo do caso da Serzedá, Senhor Presidente. Evidentemente é um problema de longa data, é um problema que

tem mais de 10 anos seguramente, entre a primeira fase, a segunda fase, a terceira fase e é um problema que tem provocado acidentes, uns mais graves do que outros. Há uma ligação que existe entre Águas Santas e Ferreiros que urge concluir. A população de Águas Santas questiona, praticamente diariamente, sobre esta situação e eu já falei disso com o senhor Presidente de Câmara. Agora, se tivéssemos um tempo mais estável para se poder iniciar a pavimentação e conclusão da mesma... o que é certo é que tivemos um tempo instável e vamos ter novamente o tempo instável e eu queria questioná-lo senhor Presidente, se tem perspectiva concreta, porque eu preciso de datas concretas para dar às pessoas.

Você sabe que é um problema grave. Acho que quem conhece aquela estrada e por lá passa percebe que é bem mais importante, muito provavelmente, a conclusão dessa estrada do que as outras obras que foram aqui ditas. Obrigado.”

Depois o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu: *“Senhor deputado, tem toda a razão. Eu já lhe disse isso por telefone. Tem toda a razão naquilo que está a dizer. Mas tenho uma boa notícia para lhe dar. Em conversa com o empreiteiro que realmente está com a obra, que sabe quem é e que há coisa de 8 dias foram falar consigo por causa da situação das águas pluviais, que sabe que é um problema que existe naquela estrada e tem que ser resolvido, para a gente conseguir pavimentar aquela estrada. Eu conheço bem aquela estrada, tão bem como o senhor Presidente. Sabia que na altura havia 5 ou 6 saídas de água dessa estrada e que neste momento, por aquilo que me comunicaram, só existem 3. Vai haver um problema sempre naquela estrada, porque realmente as águas pluviais não vão ter saída suficiente, para que realmente aquela estrada seja transitável. Mas ela vai ser pavimentada nessas circunstâncias. Nessas circunstâncias, porque pelos vistos não há outra solução. Havia na altura, quando o senhor não era Presidente, porque havia 5 saídas de águas pluviais paralelas a essa própria estrada. Posso-lhe dizer que, depois de estar com um técnico da firma, juntamente com o meu assessor, falei com a firma e dentro em breve, dentro do que o tempo permita, ele vai começar a obra. Portanto, só estávamos mesmo à espera – e desculpa, porque eu já tinha dito isso – realmente de saber qual era a solução para as águas pluviais. Obrigado.”*

Depois o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado do GP do MAI, Rui Rebelo e, no uso da palavra, referiu:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu queria agradecer reconhecidamente as explicações que o senhor Vereador da Proteção Civil aqui forneceu. Na verdade o senhor Vereador só está há 4 meses com este pelouro e tem registado já um trabalho no terreno. De todo o modo, eu gostaria de lembrar que este plano municipal já é obrigatório desde 2006 e o Município tem falhado nisso. Temos que agora trabalhar muito, para que ele seja aprovado até 31 de março. Sendo que todo o trabalho que se pode fazer no terreno é muito importante, porque neste caso concreto o insucesso do executivo pode significar alguma coisa parecida como uma tragédia para nós todos os povoenses.

Dizer-lhe que não fiquei satisfeito, já num particular da sua resposta, em relação às áreas de intervenção das notificações, como lhe foi solicitado. Não tem números, é escasso, porventura daquilo que eu vejo é demasiado escasso. Permite-me especular que estamos relativamente longe do que é desejável no terreno, nesse efeito. Falou aqui na Junta de Freguesia de Galegos e numa eventual demonstração ou simulacro de queimadas e gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara se tem conhecimento da determinação e indicação do Instituto de Conservação de Natureza e das Florestas da prioridade do nosso Concelho em termos de distrito? É um Concelho muito crítico em termos de distrito; salvo erro, a seguir a Vieira do Minho e Terras de Bouro é dos mais críticos. E identificaram-se, como num primeiro plano prioritário, 3 Freguesias: Ferreiros, Rendufinho e Lanhoso. E depois umas 8 Freguesias, num plano secundário. Realmente, Galegos, que tem uma grande zona de mancha florestal, e até Oliveira, que na minha opinião é a que tem maior – não sei se estão aqui os senhores Presidentes das Juntas – não estão incluídas nestas 3 mais 8 prioritárias. O que eu pergunto é: a Câmara Municipal teve conhecimento desta diretiva? Foi consultada para participar e opinar sobre esta diretiva do Instituto? Segundo, se sim, em que termos é que foram definidos os critérios das Freguesias, destas 3 mais as 8? E terceiro, se a Câmara Municipal, no terreno, vai trabalhar em simultâneo com as 3 até 31 de março mais as 8 até 31 de maio ou se vai trabalhar em conjunto com as 22 Freguesias? E como é que vai articular isso no terreno? Agradecia as respostas. Muito obrigado, senhor Presidente.”

Depois o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Efetivamente ficamos esclarecidos, senhor Vereador André, quanto ao papel que a Câmara tem tido neste trabalho de prevenção aos incêndios. Deixava-lhe só mais uma pergunta: se há algum plano definido. Neste momento, estão a fazer as comunicações

aos proprietários para fazer as limpezas. Caso estas não sejam feitas, se há alguma estratégia de ação para depois disso? Depois, relativamente à questão colocada pelo meu colega Manuel Sousa, eu penso que confundiu: não estavam a falar da mesma rua. E quanto à ironia de que, se há muitos carros é porque há muita gente a vir para a Vila, porque não dizer que, se há lá muitos carros agora é porque o Parque da Misericórdia é pago e as pessoas não metem o carro lá dentro. Também pode ser isso. Também pode ser um indicador.

Depois, só mais uma questão ao senhor Presidente de Câmara. Nós sabemos que há um problema com o fornecimento de eletricidade desde Outubro. Há ruas inteiras em algumas Freguesias sem luz pública. Sabemos também que a responsabilidade é obviamente da EDP, mas a comunicação destes problemas é feita em primeira instância pelas Juntas de Freguesia e nós temos conhecimento que algumas estão a fazê-lo à Câmara Municipal e depois a Câmara Municipal encaminhará. Gostaríamos que nos respondesse em que ponto está isto?

Depois, relativamente à intervenção do senhor deputado Luís Amaro da Costa, duas notas: em primeiro, água e saneamento em várias frentes ou em todas as frentes; não sei se “todas as frentes” representa 5 Freguesias. Deve ser. Em 22 no Concelho, várias frentes. E depois também há uma nota relativamente à sua intervenção que para mim é uma novidade: é que de repente parece que para trás tudo estava mal. Se em 5 meses houve tanta melhoria, significa que nos 10 anos anteriores estava muita coisa mal e efetivamente o senhor Presidente está de parabéns porque já melhorou muita coisa. Lamentamos é que o senhor deputado Luís Amaro da Costa, que esteve cá também nos anos anteriores, não tenha dito que as coisas estavam assim tão mal. Muito obrigado.”

Depois, o presidente da Mesa, João Duque concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa e, no uso da palavra, referiu:

“Muito obrigado senhor Presidente, só para um ligeiro esclarecimento. Por um lado ao senhor deputado Gilberto Anjos e já agora também ao deputado Filipe Silva, porque de facto, água é obras. Pelo menos no meu entendimento, o investimento elevado, elevadíssimo que a Câmara está a fazer em abastecimento de água e saneamento é obra considerável em várias Freguesias. Efetivamente, 5 frentes que abrangem várias Freguesias e algumas até já estão a trabalhar. Por outro lado senhor deputado, deixe-me só dizer-lhe o seguinte: eu estou a analisar a atividade deste executivo, não estou a analisar a atividade para trás, porque senão é evidente que para este executivo trabalhar, para poder fazer estas obras, é sinal que já recebeu as indicações do executivo anterior. Não estou a ir até lá atrás, porque então já teria que falar dos executivos do PS e não vou até tal ponto, porque aí já teremos muito que falar e muito mal para dizer se

calhar. E se calhar, para justificar que se teve, durante 10 anos, de emendar aquilo que não foi feito nos 10 anos anteriores. Responsabilidade do executivo do PS.

Sr. deputado eu estive e disse: são 4 meses de governação. Foi esse período que eu estive a analisar, não tinha naturalmente que estar aqui a fazer relatórios de todas as atividades do executivo anterior, porque essas já foram feitas em sede de Assembleia Municipal, quanto aos relatórios de execução orçamental que se fazem. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu:

“ Sr. deputado Filipe Silva, eu queria agradecer as suas palavras, mas nós sabemos o que queremos para a Póvoa de Lanhoso e para onde queremos ir. Eu volto a repetir. Nós sabemos o que queremos para Póvoa de Lanhoso e o caminho que queremos trilhar. Mas de qualquer das maneiras, obrigado pelas suas palavras.

Em relação à EDP. Todos os Presidentes da Junta sabem perfeitamente, e tem documentos em sua mão, que tem que comunicar através da linha verde, através de um e-mail que também foi comunicado. Senhores Presidentes da Junta, todos os Presidentes da Junta receberam a comunicação de um e-mail e que tem que fazer a reclamação através do número verde e através de um e-mail que foi comunicado.

Posso-vos dizer que, mesmo sabendo que algumas Juntas de Freguesias têm feito isso, tem havido problemas. A Câmara Municipal promoveu uma reunião com a direção da EDP há coisa de 15 dias. Essa reunião foi proveitosa, porque ficamos a saber que havia problemas graves na EDP. Eles estão a implementar um novo serviço, para ser mais fácil agilizar as avarias. Por isso mesmo, pedem desculpa, e eu estou a pedir desculpa em nome da EDP, porque não é a Câmara que tem que pedir desculpa, mas sim a EDP. Mas nós temos que reclamar junto da EDP e é aquilo que nós temos feito. Eles estão a experimentar novos métodos para melhor funcionar. Os funcionários não estão adaptados às novas tecnologias e estão a atrasar a reposição das lâmpadas; mas ficaram de, até ao próximo dia 15 de março, repor tudo o que está sinalizado.

Portanto, da parte da Câmara Municipal fizemos o nosso trabalho e estamos atentos, para ver realmente aquilo que ficou combinado com a EDP será ou não resolvido.

Se não for resolvido, eu peço aos Presidentes da Junta que comuniquem com o meu chefe de gabinete ou comigo próprio; têm o meu número e de certeza que a gente intervirá novamente com a EDP. Obrigado.”

Interveio o Vereador, André Rodrigues, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“ Sr. deputado Rui Rebelo, nós temos dois fiscais por dia e conseguem dar resposta a uma série de queixas e fiscalizam um certo número de ocorrências. Contudo, eles não conseguem fazer a quantificação da área que é necessário limpar. Aliás, de uma forma expedita, ninguém consegue. E se nós fossemos a fazer esse trabalho de notificação a notificação, se fossemos todos fiscais, não éramos suficientes para trabalhar na Câmara Municipal, porque ninguém o conseguiria fazer. Mas isso é uma questão que eu posso falar consigo à frente, já que para aqui não é muito relevante.

O que eu falei há bocadinho sobre a Junta de Freguesia de Galegos, foi por ser uma Junta de Freguesia que está disponível para fazer uma queimada. E uma queimada é diferente de uma queima de sobrantes. E muitas vezes isto resulta da falta de informação das pessoas. Mas eu vou-lhe explicar: uma queima de sobrantes é quando um proprietário limpa o terreno e quer limpar os sobrantes, fá-lo dessa forma. (Deixe-me terminar, porque eu não o incomodei.) Uma queimada trata-se de uma queimada de um terreno em vegetação rasteira ou qualquer vegetação que não seja uma povoação arbórea. E é isso que nós vamos tentar fazer em Galegos, como o Sr. Presidente da Junta solicitou e muito bem. E caso haja mais exemplos no concelho que necessitem de fazer esse serviço, nós Câmara estamos disponíveis para prestar esse apoio. Queimada é isso. Independentemente de ser na Freguesia de Galegos. Independentemente de ser na Freguesia de Ferreiros ou Rendufinho, ou União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude, ou Sobradelo da Goma.

A perigosidade que surgiu na semana passada – porque infelizmente nós estamos sempre a ser bombardeados de leis, mudando as regras quase a meio do jogo, como já aconteceu diversas vezes neste curto período – a perigosidade define as Freguesias que são prioritárias e as Freguesias que nós, Câmara Municipal e GNR, devemos trabalhar com maior incidência. Quer isto dizer o seguinte: se nós temos ao mesmo tempo – e a nossa interpretação vem daí – se nós temos ao mesmo tempo duas queixas, uma que é da Freguesia de Ferreiros e outra que é da Freguesia de Sobradelo da Goma, a Freguesia de Ferreiros está no nível de perigosidade 1 e a Freguesia de Sobradelo da Goma está no nível de perigosidade 2. Nós temos de dar sempre prioridade ao menor índice de perigosidade. E é exatamente isso que nós estamos a fazer. É nesse sentido que estamos a trabalhar. Assim que queira, eu posso enviar-lhe o número de ocorrências que temos. E faço-o com todo o gosto. E envio para toda a Assembleia Municipal. Não temos problema em disponibilizar informação. E temo-la. Agora, isto é um trabalho contínuo. É um trabalho cujo volume está sempre a aumentar e nós não conseguimos ter o número de ocorrências apontado nos nossos cartapácios. É impossível. É algo que está sempre a mudar. Não é isso que nos caracteriza, como alguém que não está a tratar isto da melhor forma. Bem pelo contrário. Ainda hoje fomos apontados como um dos Municípios exemplo pelas ações de sensibilização que estamos a ter. Obrigado.”

O deputado Rui Rebelo, do GP do MAI, considerou que a pergunta não foi respondida.

Interveio o deputado do GP do PS, Gilberto Anjos e, no uso da palavra, referiu:

“Queria pedir autorização ao Sr. Presidente de Câmara e de seguida se for recusado, ao plenário, uma vez que foi falado aqui pelo deputado Luís Amaro da Costa da governação do PS do passado e estando o Vereador que na altura era do PS aqui presente, se concede autorização ao Sr. António Barros para intervir nesta Assembleia. Obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, questionou o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, se concedia autorização para o Vereador usar da palavra. O Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, não concedeu autorização.

Depois o Presidente da Mesa, João Duque, colocou à consideração do plenário. Informou que, por maioria, não tinha sido autorizada a intervenção.

Terminou o PAOD e informou que não havia inscrições para o PIPJ.

Concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD António Machado, representante na CPCJ, para apresentar um relatório da Comissão.

Interveio o deputado António Machado, e referiu: *“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e seus assessores que compõem a mesa; Senhor Presidente da Câmara Municipal; Senhoras e Senhores Vereadores; Senhoras e Senhores Deputados; Caras e caros colegas, Presidentes de Junta; Representantes da Comunicação Social; Público em geral aqui presente, Para todos os meus respeitosos cumprimentos. Subi a esta tribuna, na qualidade de comissário da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho da Póvoa de Lanhoso, vulgarmente conhecida por CPCJ, eleito por esta Assembleia.*

Nestas condições, fui incumbido de aqui apresentar e dar conhecimento a esta Assembleia, do Relatório de Atividades durante o ano de 2017, que passo a citar:

“A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens é uma instituição oficial não judiciária, com autonomia funcional que visa promover os direitos das Crianças e Jovens e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Considera-se que uma Criança ou Jovem está em perigo quando está abandonada ou vive entregue a si própria, sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais, não recebe os cuidados ou afeição adequados à sua idade e situação pessoal, é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal, está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetam gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional, assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetam gravemente a

sua saúde, segurança, formação, educação e desenvolvimento sem que os pais se lhes oponham de modo adequado.

No ano de 2017, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Póvoa de Lanhoso trabalhou 169 processos: transitaram do ano de 2016 setenta e dois processos ativos, foram abertos setenta e um novos processos, reabertos vinte e seis e foram arquivados cento e três processos.

As autoridades policiais foram a principal entidade sinalizadora (25 processos), mas destacam-se ainda outras entidades: escolas, familiares, vizinhos, sinalizações anónimas, o tribunal, as IPSS ou a própria Comissão.

A problemática que assume maior expressão no nosso Concelho é a exposição a contexto de violência doméstica (30 processos), seguindo-se a exposição a comportamentos que afetam o bem-estar e o desenvolvimento (23 processos), a negligência (13 processos), o absentismo ou abandono escolar (12 processos), a assunção por parte das crianças ou jovens de comportamentos que afetam o seu bem-estar (10 processos) ou os maus tratos (3 processos), de entre outras problemáticas mais residuais.

Salienta-se que a modalidade restrita desta Comissão, responsável pela gestão dos processos e acompanhamento de todas estas crianças e famílias, é constituída por cinco elementos: representante do Ministério da Educação, que preside, representante do Município, representante da Segurança Social, um elemento Cooptado através da Autarquia e representante do Ministério da Saúde, salientando-se que apenas os quatro primeiros elementos referidos assumem a gestão de processos, para o qual estão devidamente credenciados.””

O presidente da Mesa, João Duque, deu início ao POD, começando pelo Ponto Um **“Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”** Abriu as inscrições e fez a distribuição dos tempos. Concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, cumprimentou os presentes e no, uso da palavra, referiu:

“ Um as breves palavras, para resumir o que espelhamos neste ponto da ordem de trabalhos e que diz respeito à atividade da Câmara Municipal e sua situação financeira. Nestes curtos meses que levam o mandato, julgo que está evidente, neste documento, a dinâmica da autarquia e o caminho que queremos seguir. Foram 2 meses intensos em várias áreas e estamos com obras importantes em curso na Vila, melhorando o conforto dos peões e alargando o Parque do Pontido, para que seja cada vez mais um parque

ambiental e de lazer. Estamos a finalizar os procedimentos de concurso da requalificação da Escola Professor Gonçalo Sampaio e vamos iniciar a obra da Praça Eng.º Armando Rodrigues no dia 20 de março, como tinha dito. Estamos a iniciar empreitadas de mais de 3 milhões e meio de euros, para alargar a rede de água e saneamento em várias Freguesias do Concelho. Para além das obras, há uma atividade cultural e social muito positiva. O Concurso Nacional de Teatro está a ser um sucesso. O Concurso Nacional de Teatro está a ser um sucesso. Não vale a pena rir. Está e ser um sucesso mesmo.

Entregámos as bolsas de estudo e o Naturalanhoso. Andámos todas as semanas nas Freguesias a informar os povoenses das novas regras de proteção da floresta, como tínhamos dito também. Apresentámos o Provedor do Idoso. Mais uma resposta social para ajudar os nossos idosos.

Caros deputados, têm sido semanas intensas que exigem muito de nós, mas estamos a cumprir o nosso dever. Servimos os povoenses como gostamos. Uma nota final para a situação financeira. Podem verificar que o aumento ligeiro da dívida se deve essencialmente ao não recebimento das verbas dos fundos comunitários. Se essas verbas estivessem em dia, a dívida até tinha diminuído. Mas é normal que ela suba ligeiramente. Com tanto investimento em curso, é natural que estes valores sejam alterados. O que acontecerá sempre dentro dos limites legais. Muito obrigado a todos.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado do GP do MAI, Rui Rebelo, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Eu também gostaria de me congratular pelo que V. Ex.ª trouxe de novidade, por aquilo que sei, porque eu não estive cá nos mandatos anteriores. Em termos de visibilidade, enquanto Presidente da Câmara, e da dinâmica que está implementada e não é uma surpresa, pelo menos para a sua bancada. Para mim não será surpresa, porque V. Ex.ª deu-me o privilégio de estar na última mesa administrativa a que presidi, na Santa Casa da Misericórdia.

No entanto, penso que até tem respondido às questões que têm sido colocadas, umas com mais satisfação, outras com menos. Nunca me aconteceu foi colocar questões a que não se respondeu. Mas eu vou colocar questões. Queria só fazer uma introdução. É que verifico, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que em novembro tivemos um documento da atividade do Município muito bem elaborado, com muita informação, muito cuidado até na redação, e se tem vindo a cair na qualidade do documento. Este documento é de facto um documento de fraca informação, muito reduzido; só para dar um exemplo, 4 páginas em 10 são com processos pendentes judiciais. Isto é, processos

irresolvidos, o que me intriga bastante. Passaram de 24 para 13. Ou melhor de 23 para 14. Portanto, em 2 meses ou menos de 2 meses, 9 processos que estavam irresolvidos foram agora despachados. Aquilo que eu não tenho é confiança nos colegas que representam e dirigem estes pelouros, mas não tenho tempo nos três minutos. Terei de usar da figura do requerimento regimental para, através do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, receber informações sobre isto.

Gostaria de, em relação ao Provedor do Idoso, dizer-lhe que concordamos e tem a nossa admiração e avaliação positiva pela escolha que fez do Provedor do Idoso. É uma pessoa que, não obstante não ter experiência e conhecimentos profundos na área social, não obstante isso, é uma figura independente, o que é desde logo a condição primeira para se ser Provedor de alguma coisa, e tem uma grande experiência associativa, uma grande experiência na dinâmica da comunidade e tem ainda um imenso amor e dedicação insuperáveis à terra. Não é isso que está em causa portanto. A sua escolha está muito bem feita. O que está em causa é que entendemos que a Assembleia Municipal tem que ser valorizada e dignificada na sua importância. E aqui temos que estar todos juntos. E o Sr. Presidente, nesse aspeto, podia ter brilhado. Andou com o carro à frente dos bois. Se tivesse trazido à Assembleia Municipal essa comunicação, sendo da sua autoria, e isso também não está em causa. A sua autonomia e decisão teria ficado muito bem, até porque era um sinal de maior cultura democrática e de participação. Até porque o Provedor do Idoso vai ter que trabalhar articuladamente com a Comissão de Responsabilidade Social, que vai ser eleita ou designada no ponto seguinte. E ficava-lhe muito bem. O Sr. Presidente não respondeu à questão que lhe foi colocada pela bancada do PS. Que poderes efetivos vai ter o Provedor? Se vai só acompanhar situações de idosos? Isso é muito pouco. Isto que consequências e prerrogativas vai ter? E como é que se vai articular com a sociedade civil e com os agentes do envelhecimento? Nomeadamente as IPSS's da Misericórdia, os serviços centralizados da saúde e ação social, as autoridades, etc.

Muito obrigado, Sr. Presidente."

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado do GP do PS, Miguel Pereira, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu: *"Relativamente à análise da atividade do Município e a sua situação financeira, o PS fica inteirado da informação constante do documento apresentado.*

Contudo, temos algumas considerações. Sr. Presidente, no respeitante à educação, no projeto de combate ao insucesso escolar com a equipa multidisciplinar: este projeto suscitou-nos algumas dúvidas que gostava de ver esclarecidas. Este projeto foi delineado

por quem? Qual o papel da Câmara Municipal no mesmo? Todas as escolas do Concelho encontram-se abrangidas? A EPAVE também se encontra contemplada? No tocante ao ponto de desenvolvimento económico e turismo é-nos dito sobre a PROZIS, e passo a citar: “Estamos a colaborar com as empresas, especialmente ao nível da criação de condições para preparar e formar recursos humanos, adaptando os cursos profissionais às necessidades das empresas” fim de citação.

A EPAVE vai apresentar, na sua oferta educativa e formativa, formação dirigida à PROZIS. Se sim, em que área? Quais as expectativas de criação de novos empregos desses mesmos formandos? Há algum compromisso, por parte da PROZIS, de os recrutar? Ainda neste ponto e para finalizar, ficamos com dúvidas de qual a estratégia do Município para o Turismo? Uma vez que Portugal goza como nunca de uma conjuntura excepcional ao nível do Turismo, gostaríamos de saber se está delineado ou se irá ser delineado algo de valor para o Município no Turismo e, já agora, qual é a estratégia que a Câmara Municipal tem para a ATPL – Associação de Turismo da Póvoa de Lanhoso?

Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado do GP do PSD, Luís Carvalho, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu: *“ Relativamente a este ponto número um – análise da atividade do município e sua situação financeira – eu não vos irei maçar, até porque tivemos oportunidade de ouvir o Sr. Presidente da Câmara Municipal apresentar o ponto. O deputado Luís Amaro também abordou muita da atividade do Município no PAOD e, porque eu não me quero tornar repetitivo, irei apenas abordar ou saudar algumas das atividades. E claro que a ação social é sempre uma das bandeiras deste executivo municipal, já nos anteriores mandatos, e continua a ser. Tanto é que continua a levar a cabo a atribuição de bolsas de estudo, com a verba a ser aumentada, e as atividades do Centro de Convívio continuam sempre em atividade, como foi o caso da Festa de Carnaval, que foi levada a cabo ainda no atual mês de fevereiro e que envolveu cerca de 350 utentes do Centro de Convívio e IPSS’s. Também a bancada parlamentar do PSD, porque eu tenho dúvidas também, gostaria de saber qual é o papel do Provedor do Idoso? E com que comissão, a nível regional, poderá trabalhar, para exercer esse trabalho de proteção do idoso?*

A nível da cultura, está viva e bem viva, como é o caso que tivemos oportunidade de constatar ao assistir ao Teatro, no âmbito do Concurso Nacional de Teatro, que está a decorrer até ao dia 3 de março. Mas, de facto, o que há mais a salientar é o combate a um dos maiores flagelos sociais a que assistimos ao longo destes últimos anos e que

afetou Portugal, distrito de Braga e consequentemente a Póvoa de Lanhoso, e que é o desemprego. Todos nós, seres humanos, queremos ter a felicidade na vida e sucesso, e não há de haver ninguém que terá sucesso, muito menos felicidade, se não tiver emprego e dinheiro para ter poder de compra, em muitos casos para alimentar as suas famílias. E, por isso, todas as medidas que combaterem este flagelo social são, de facto, de salientar. E a Câmara Municipal está a ter um papel muito importante no combate ao desemprego, pois o emprego está a crescer, o número de empresas a fixarem-se na Póvoa de Lanhoso está a aumentar e até as próprias empresas existentes na Póvoa de Lanhoso estão a ampliar e, consequentemente, a aumentar os postos de trabalho. Este facto para mim é o ponto mais importante a salientar na atividade do Município.

As obras: também temos de salientar aqui a melhoria nas vias pedonais da Póvoa de Lanhoso; como disse o deputado Luís Amaro, as ruas voltam a ser para as pessoas. Temos também a ampliação do Parque do Pontido e o alargamento constante da rede de saneamento e água em 5 Freguesias do Concelho.

Relativamente à situação financeira, a dívida continua controlada e vou apenas falar deste mandato e não dos anteriores, porque senão tinha que referir que há 12 anos recuperamos 12 milhões de euros de dívida do PS. Mas não vou abordar com detalhe. Digo apenas que a dívida está controlada. Neste momento está nos 5 milhões. Herdámos 12 milhões. Desde a anterior Assembleia subiu 99 mil euros, mas também temos que considerar que existem fundos comunitários para receber, porque senão até teria diminuído. Posto isto, a bancada parlamentar do PSD encontra-se inteirada sobre a análise da atividade do Município e é de saudar o esforço do executivo municipal para cumprir o programa eleitoral que se comprometeu com os povoenses, aquando das eleições autárquicas.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu: “Sr. deputado Rui Rebelo, para responder em relação ao Provedor do Idoso. O Provedor terá um assento e é lá que vai articular com todos os parceiros a sua atividade. O Provedor é também, e vai ser, um parceiro atento, como disse na anterior intervenção, para realmente referenciar casos para essa rede, mas há um Regulamento que podemos facultar e tenho todo o prazer em facultar fotocópia do protocolo e vou-lhe entregar isso em mão e de certeza que vai compreender tudo o que eu disse até então.

A ATPL. Isto foi o Sr. deputado Miguel. Na ATPL tivemos uma reunião com os membros e ficou decidido realizar aí uma assembleia para, através da Assembleia, resolver todos os problemas. E a Câmara salientou que, realmente, como parceiro que é da ATPL, a respeito de tudo o que saísse dessa Assembleia, colaboraria com essa Associação.

Em relação ao turismo: nós estamos com uma candidatura em curso que penso que vai mudar o paradigma do turismo na Póvoa de Lanhoso. Estamos a dizer que estamos realmente a fazer uma candidatura. Além disso, o turismo na Póvoa de Lanhoso, visto pelos índices da visita ao Castelo de Lanhoso, tem vindo a melhorar. Não é suficiente, é isso que se está a pensar. Mas vamos fazer tudo. Eu estou a olhar nos seus olhos e estou a ver os seus pensamentos, mas vamos fazer de tudo para que o turismo, a cultura, a educação e outros mais sejam uma mais-valia na Póvoa de Lanhoso. E posso-lhe dizer que vou fazer tudo porque sou povoense. Eu sinto os problemas da Póvoa de Lanhoso. Eu não quero dizer que vocês não o sentem, mas estou a dizer que eu sinto os problemas e vou estar muito atento, em todas as áreas, para que realmente essas áreas sejam valorizadas, mesmo com as pessoas que hoje fazem parte da Câmara Municipal como sendo os seus efetivos.

Obrigado.”

Interveio a Vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Queria agradecer ao Luís Carvalho pela sua intervenção, pelo apoio e pelo reconhecimento pelo trabalho desenvolvido nestes últimos meses. E em resposta às questões colocadas pelo Sr. deputado Miguel. Relativamente à equipa multidisciplinar, que é apenas um fator de combate ao insucesso escolar, digamos assim, há outras medidas. O Município da Póvoa de Lanhoso, bem como outros Municípios da CIM do Ave, candidataram-se à equipa multidisciplinar. Aquando da candidatura, foi-nos dito que não se podiam contratar pessoas. Tivemos que recorrer aos técnicos que temos na autarquia e que estavam, de uma maneira ou de outra, relacionados com o ensino. Temos uma assistente social, um psicólogo, um educólogo, uma outra licenciada, tem um mestrado em intervenção comunitária e são estes elementos que constituem a equipa, que estão para além do desempenho das suas funções; foi-lhes acrescentada mais esta, de estarem nas escolas a apoiar os alunos e as famílias identificadas pelos Agrupamentos de Escola. A equipa é constituída por técnicos da Câmara que cresceram às suas e não diminuíram às tarefas na Câmara, aumentamos ainda mais estas funções. Devo dizer que a equipa multidisciplinar da Póvoa de Lanhoso é a única que já está a funcionar. Os outros Concelhos também não têm. Foi aprovado recentemente e partimos imediatamente para o terreno, nomeadamente na Gonçalo Sampaio, que é onde existem casos bastante críticos. Têm, às terças-feiras, toda a manhã para atuar. Neste momento, estão a fazer a capacitação. Estão a trabalhar já com a Gonçalo Sampaio e tem as suas tarefas na Câmara. Logo que termine a capacitação, vão trabalhar também com um outro Agrupamento de Escolas.

A EPAVE, neste momento, não está a ser abrangida e não está planeado ser abrangida, porque também estamos um bocadinho limitados, face às funções e ao tempo disponível

dos técnicos. Relativamente à formação dirigida à PROZIS: sim nós temos amanhã uma reunião sobre a oferta formativa concelhia. Até amanhã vão ter que ser introduzidos na plataforma os cursos que as Escolas pretendem candidatar e posteriormente vai ser feita a articulação e a concertação, no âmbito da CIM do Ave, porque há regras, há cursos prioritários e outros não, pelo que é definido pela AINCEP para a nossa zona. Um dos cursos que a PROZIS identificou, face às funções que desempenha a maioria dos trabalhadores na empresa, é a logística. Se há garantias, depois, de empregar estes alunos, claro que não há, porque depois terão de ser sujeitos a entrevistas e podem reunir ou não o perfil. De qualquer forma, achamos que é um curso que é transversal, não se dirige especificamente àquela empresa, porque logística, gestão de stocks, gestão de qualidade é aplicável a qualquer outra empresa. Para além disso, também já está a decorrer, na própria empresa, formação do IEFP para desempregados, também nesta e noutras áreas. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Sr. Presidente da Câmara, referiu aqui na sua intervenção que, relativamente ao turismo, haveria uma candidatura que ia mudar o paradigma do turismo na Póvoa de Lanhoso. Eu perguntava-lhe se está em condições de especificar que candidatura é essa. Uma coisa tão importante para o Concelho deve ser efetivamente anunciada.

E depois dizer-lhe outra coisa. Sempre que se fala no turismo nesta Assembleia, os senhores dizem que o Castelo bate records de visitas. Olhou para os olhos do Miguel e obviamente não viu nada, Sr. Presidente. Depois de dizer o que disse, não faz sentido. E não faz sentido porquê? Não é através dos números de visitas ao Castelo que podemos medir a dinâmica do turismo na Póvoa de Lanhoso. Não tenho a certeza disto, mas de certeza que um grande número das pessoas que lá vão até são povoenses, até são os alunos das escolas, digo eu, mas para medir efetivamente o turismo podíamos falar por exemplo das nossas casas de turismo, que vivem dificuldades neste momento, como os nossos hotéis. Tínhamos um hotel que fechou portas e certamente não foi porque o turismo anda bem. Temos por exemplo os nossos restaurantes, ainda recentemente fechou um restaurante. Conheço dois, três casos na Póvoa de Lanhoso que o dia de descanso é ao domingo. Efetivamente não devem fechar ao domingo porque temos muito turismo. Devem fechar porque efetivamente trabalham bem durante a semana, com os trabalhadores da Póvoa de Lanhoso, do Concelho. Isto sim são pormenores por onde podemos medir o turismo e não com as visitas ao Castelo, como constantemente os senhores falam aqui. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu:
“ Sr. deputado Filipe Silva, eu, nos anos 80 e falando olhos nos olhos, porque eu gosto de falar olhos nos olhos, já fazia turismo e cultura. E vou-lhe dizer como: através da Discoteca Swing. Conseguimos na Póvoa de Lanhoso – além do Teatro, que nessa altura era em cultura o paradigma máximo do Concelho – a Swing conseguiu, de uma só vez, fazer cultura e turismo. E posso-vos dizer que eu fui fundador dessa Discoteca e por isso sei muito bem aquilo de que você está a falar. Conseguimos que pessoas do Porto, de Braga, de Guimarães, do Norte de Portugal conhecessem a Póvoa de Lanhoso através da Swing. E, por isso mesmo, não venha falar de turismo comigo porque eu aí sou mais velho um bocadinho e tenho muita mais experiência que o senhor.

Mas a candidatura que está a falar vai a esse encontro, vai ao encontro daquilo que eu penso para a Póvoa de Lanhoso. Se a conseguirmos, aquilo que mencionou ali, vai de certeza resultar no turismo de habitação, na restauração e em todos os sectores que a gente sabe que é o turismo.

Posso-lhe dizer também que o senhor deve andar um bocadinho fora do Concelho, porque realmente a maior parte dos restaurantes do Concelho praticamente estão cheios. Ou o senhor não anda nos restaurantes. Eu ando muito frequentemente, posso-vos dizer, e a maior parte dos restaurantes estão cheios na Póvoa de Lanhoso. Por isso mesmo, o que quero dizer é que não vou medir o turismo pelo Castelo, mas posso dizer que não são só os miúdos da escola e os povoenses que visitam o Castelo. Nós sabemos quem é que visita e uma das partes são estrangeiros que visitam a nossa terra.

Mas essa plataforma que estamos a candidatar – que o senhor a devido tempo vai saber o que é, se realmente ela for aprovada – vai dinamizar totalmente o nosso turismo. E posso dizer que, através do Pilar e através das Caminhadas com História, que fazemos regulamentarmente mas que não eram divulgadas... Estamos a fazer muitas coisas na Póvoa de Lanhoso, que não eram divulgadas, eram feitas mas agora estão a ser divulgadas e as pessoas estão a saber perfeitamente que aqui na Póvoa de Lanhoso se faz turismo e se faz cultura, e a educação está a trabalhar em condições. Não eram divulgadas mas era feitas. Neste momento estão a ser feitas, estão a ser realmente limadas e estão a dar frutos. Posso dizer que as Caminhadas com História têm dado muito fruto fora do Concelho. A última que fizeram fora do contexto da Câmara Municipal foi nos Presépios de Garfe e posso-lhe dizer que estavam perto de 60 pessoas, 50 eram fora do Concelho; 50 disseram bem da Póvoa de Lanhoso, conheceram muito bem a Póvoa de Lanhoso e sabiam os pontos fundamentais que iam visitar. Por isso mesmo é que eu dizia há pouco que o Castelo, neste momento, é um ponto turístico e ao mesmo tempo um ponto de informação. Era só isso que tinha a dizer. Obrigado.”

Interveio a Vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“ Só queria dizer que, da parte da educação, estamos a prever que o património cultural e paisagístico do Concelho seja conhecido, não só com visitas dos alunos do primeiro ciclo a diversos locais do Concelho, mas também uma vez por mês está a ser feita uma visita guiada com os professores da Gonçalo Sampaio. A ideia surgiu daquela escola porque todos os anos, no início do ano, fazia-se uma visita com os professores para acolher os professores que vinham de novo e entretanto conheceram o Concelho e agora, como teve um reflexo muito positivo, pediram para fazer uma visita por mês. Essa visita é guiada por um técnico da Câmara e naturalmente que as pessoas estão a conhecer melhor o Concelho e agora vêm com outros olhos; isso naturalmente também dará os seus frutos a curto prazo.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do GP do PS Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“ Já percebemos que o Sr. Presidente efetivamente não quer desvendar aqui essa candidatura mistério. Está no seu direito. Apenas – e reforçando a ideia aquilo que o colega Dr. Rui Rebelo da bancada do MAI disse – esta forma de fazer política, de esconder as coisas para depois chegar aqui e mostrar, surpreender, como fez com o Provedor do Idoso, efetivamente não é, quanto a nós a forma, correta de o fazer. Podíamos debater mais os assuntos antes de tomar as decisões, mas está obviamente no seu direito a na altura certa, quando anunciar, também cá estaremos para falar sobre isso.

Depois, disse que desde 1980 faz turismo e eu não. Efetivamente não, porque também não tenho possibilidade para fazer turismo. Foi assim que você disse. Em momento algum eu disse que os restaurantes da Póvoa de Lanhoso não trabalham. Não foi isso que eu disse. Que eles não estavam cheios. O que eu disse foi que há casos, por acaso até recentemente fechou um restaurante, um restaurante que tinha algum nome no Concelho da Póvoa de Lanhoso há muitos anos. E o que eu disse é que há casos em que o seu dia de descanso é ao domingo. E certamente não será por isso, não fecham ao domingo por termos muito turismo na Póvoa de Lanhoso. Mas também é verdade, concordo consigo, que eu não ando aí sempre de restaurante em restaurante, como o senhor disse que anda, mas também as possibilidades de um e de outro não são as mesmas. O meu salário se calhar não me permite, mas efetivamente, só para esclarecer, eu não disse que os restaurantes não tinham gente; o que eu disse é que se calhar temos que medir se essa gente é resultante efetivamente do turismo ou não. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado do GP do MAI, Rui Rebelo, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Senhor Presidente da Câmara, a função dos deputados municipais é, de facto, fazer a avaliação e acompanhamento das medidas e estratégias do executivo municipal e colaborar até, institucionalmente, nesse sentido. A área do turismo é, de facto, uma área delicada já há muito tempo. Porque eu, enquanto povoense... e se perguntar aos restantes povoenses, mesmo aqueles que são mais incógnitos, não sabem responder-me se o nosso Município tem ou não tem uma estratégia para o turismo. Nós não conhecemos. O senhor deu essa boa notícia de estar a preparar uma candidatura que vai modificar o paradigma e o desenvolvimento do turismo na Póvoa de Lanhoso. É uma excelente notícia se assim for. E acreditamos que sim, porque o conhecemos. Mas o importante é isto: nós temos que começar a trabalhar nesta área em termos de estratégia e o senhor, para fazer candidatura, tem que ter vários elementos factuais. Não são só aqueles que aqui referiu, que são de facto elementos com que devemos congratularmo-nos e elogiar, enaltecer, mas outros, importantes. Isto é, em 2017 quantas pessoas dormiram aqui na Póvoa de Lanhoso? Nas nossas unidades de restauração e hotelaria, quantas pessoas aqui tiveram a disponibilidade para fazer refeições e visitar os nossos monumentos? Quantas pessoas foram visitar o Santuário de Porto D’Ave, por exemplo, ninguém refere? Qual o volume de negócios que essas pessoas produziram, no ano de 2017, aqui, em termos de turismo? Estes elementos, a Câmara tem que os ter, para preparar uma candidatura; e os elementos da Assembleia Municipal, porque afinal de contas nós é que temos de fazer esta avaliação, também para podermos colaborar. Esta é uma sugestão que eu ia deixar, em função da sua intervenção, que eu também queria de facto enaltecer, porque elencou uma série de atividades que são verdadeiras, mas aquele documento que estamos a analisar sobre o turismo não diz nada. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu:

“ Senhor Dr. Rui Rebelo eu só não referi nada em relação a candidaturas porque eu acho que só devo referi-la se ela for aprovada. É que, se não for aprovada, nós temos que ir por outros meios. Por isso mesmo eu não estou a esconder nenhum coelho na cartola, como diz aqui o meu amigo. Não estou a esconder nada, mas simplesmente temos um

propósito para o Concelho e espero bem que a candidatura seja aprovada e depois, de certeza que vamos comunica-la. Obrigado a todos.”

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Seguidamente, o Presidente da Mesa passou ao ponto dois da ordem de trabalhos.

Ponto Dois: Proposta do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para fixar o número de comissões, área de competências e número dos seus membros, conforme o disposto no artigo 47º do Regimento.

E referiu que: “Com o acordo de todos os grupos e de todos os membros da conferência dos líderes de todos os grupos parlamentares vamos propor agora à Assembleia Municipal a constituição de cinco comissões, tal como no mandato anterior, que serão as seguintes: A Comissão Permanente de Responsabilidade Social; Comissão Permanente de Juventude, Educação e Desporto; Comissão Permanente de Ambiente; Comissão Permanente de Urbanização, Edificação e Planeamento e A Comissão Permanente de Transito e Toponímia.

A constituição destas comissões será do seguinte modo: tendo em conta que desejamos abranger todos os grupos municipais, considerou-se que deveríamos aumentar o numero de participantes por comissão, relativamente ao mandato anterior; serão assim 7 elementos por cada comissão, distribuídos do seguinte modo: três representantes do PSD, dois representantes do PS, um representante do MAI e um representante dos Presidentes de Junta, que poderá delegar noutros Presidentes de Junta, conforme a natureza de cada comissão”.

E concedeu a palavra ao deputado do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado Rui Rebelo, cumprimentou todos os presentes e referiu que o número de cinco comissões é o número mínimo imposto regimentalmente, e que são todas muito importantes, mas questionou o funcionamento das mesmas, dando exemplo de algumas comissões, de mandatos anteriores, que poucas vezes reuniram e nada fizeram.

Referiu ainda a proposta apresentada pelo MAI, da criação de uma comissão de acompanhamento ao plano de atividades e execução orçamental, que permitiria uma colaboração útil da Assembleia junto do executivo.

Depois o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Amaro.

Interveio o deputado Luís Amaro, cumprimentos todos os presentes e usou da palavra apenas para informar que a bancada parlamentar do PSD concordava com a proposta apresentada e votaria favoravelmente.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu que concordava com a intervenção feita pelo deputado Rui Rebelo, sobre a obrigatoriedade e necessidade das comissões funcionarem melhor do que têm funcionado no passado, mas que isso seria da responsabilidade dos membros que iriam compor as mesmas. E informou que a bancada parlamentar do PS também votaria favoravelmente este ponto.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia esclareceu que a proposta de criação de mais uma comissão seria debatida em conferência de líderes e colocou o ponto dois a votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a proposta do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para fixar o número de comissões, área de competência e número dos seus membros, conforme o disposto no artigo 47.º do Regimento.

Depois, o presidente da Mesa recordou as datas para apresentação dos membros que iriam compor as diferentes comissões, bem como a data da primeira reunião. E passou ao ponto três da ordem de trabalhos. **Ponto Três: Informações da Câmara Municipal, nos termos legais: a) Informação Trimestral da EPAVE – 4.º Trimestre, nos termos da lei 50/2012, de 31 de agosto; b) Informação sobre os compromissos plurianuais assumidos no ano de 2017; c) Informação sobre os apoios prestados no ano de 2017, no âmbito do regulamento para atribuição de apoios a Juntas de Freguesia ou União de Freguesias do Concelho da Póvoa de Lanhoso – Câmara Amiga das Freguesias.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e usou da palavra apenas para dizer que este ponto diz respeito a informação que foi a reunião de Câmara e é apenas para conhecimento da Assembleia.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu que achava muito positiva a iniciativa do Presidente da Câmara em apresentar

os pontos, mas para dizer que estes pontos são apenas para a Assembleia ficar inteirada, essa apresentação é desnecessária.

Relativamente à informação da EPAVE, referiu que todas as questões que o PS tinha foram esclarecidas em reunião de Câmara e pelo Presidente da EPAVE, pelo que a bancada parlamentar do PS se encontrava inteirada neste ponto.

Relativamente aos apoios prestados às freguesias em 2017, referiu que estavam inteirados mas desafiou o Presidente da Câmara a apresentar uma listagem que comprove que os referidos apoios foram atribuídos a todas as freguesias de igual forma, sem olhar a cores partidárias.

Relativamente aos compromissos plurianuais, referiu que também se encontravam inteirados, mas questionou quais os serviços prestados pela empresa Top RH Consulting.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à deputada Sónia Fernandes.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou todos os presentes e começou por referir que, no que respeita à análise do relatório da EPAVE, considerou que a atuação da EPAVE foi excelente, devido à execução orçamental ser muito positiva. E deixou uma nota de reconhecimento aos órgãos de execução por conseguirem contrariar a tendência de diminuição do número de alunos. E fez uma ressalva, lamentando o atraso das transferências das entidades financiadoras dos cursos financiados, como o POPH, que complica a gestão da EPAVE, referindo que o Estado deveria dar o exemplo.

Relativamente aos compromissos plurianuais e aos apoios concedidos às freguesias através do regulamento Câmara Amiga das freguesias, referiu que é apenas mais um mecanismo que o executivo tem para realizar investimento nas freguesias, para melhorar as condições de vida dos povoenses. Desde medidas sociais, de educação, apoio à natalidade, apoio aos idosos, ao apoio de atividades culturais e desportivas, através de atribuição de apoios às associações desportivas e à valorização dos equipamentos desportivos municipais. Concluiu que, por todos os motivos elencados, o executivo tem como prioridade, nas suas linhas de atuação e de intervenção, aquilo que são as expectativas reais da população povoense.

Seguidamente, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à deputada do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada Carla Santos, cumprimentou todos os presentes e referiu: *“Relativamente à informação trimestral da EPAVE, Sr. Presidente, está aí a quarta revolução industrial, uma das preocupações de hoje é a transformação das profissões e*

dos tipos de trabalho para uma cultura de base digital; analisar e pensar a oferta educativa à luz da indústria 4.0 é, atualmente, o desafio de todas as estruturas educativas. Ter-se-ão que desenvolver abordagens inovadoras e multidisciplinares para o ensino. Assim perguntamos: qual é o posicionamento da EPAVE/ Câmara Municipal, face a este novo desafio? A EPAVE/ Câmara Municipal monitoriza os indicadores relativos à sua atuação, tais como, a taxa de empregabilidade, necessidades do mercado de trabalho, perfis de população alvo, etc.? Qual é o posicionamento da EPAVE face às suas congéneres regionais ao nível da colocação profissional dos seus formandos no mercado de trabalho, e de outros indicadores?

Relativamente aos compromissos plurianuais, na última Assembleia Municipal foi aprovado o novo quadro de pessoal da Câmara Municipal, onde foi clara a aposta deste executivo na internalização de competências através da contratação de pessoal qualificado. Neste contexto, em que é que consistem estas seguintes prestações de serviços: assistência técnica no âmbito do projeto Póvoa de Lanhoso 21 à Forminho – Consultoria de Gestão e Formação, Lda., no valor de 13.431,60€ e o apoio técnico na área de recursos humanos à Top RH, que o PS também questionou?

Relativamente à informação sobre os apoios prestados no ano de 2017, no âmbito do regulamento para atribuição de apoios a Juntas de Freguesia ou União de Freguesias do Concelho da Póvoa de Lanhoso – Câmara Amiga das Freguesias, solicitamos à Câmara Municipal que, de ora avante, inclua neste tipo de informação um quadro resumo dos totais por freguesia e tipologia de apoios, permitindo uma leitura clara e imediata dos apoios atribuídos. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, Avelino Silva, para poder responder.

Interveio o Presidente da Câmara e dirigiu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva, para responder que, relativamente ao regulamento Câmara Amiga das freguesias, no ano anterior, tudo o que foi solicitado pelas freguesias foi atribuído, com a exceção das obras no ring de Louredo, devido à verba se encontrar esgotada. E que as verbas correspondem às verbas que foram solicitadas pelas respetivas freguesias, no âmbito do referido regulamento Câmara Amiga. E salientou que, em relação ao último mandato, todas as freguesias foram contempladas com obras.

Interveio a Vereadora, Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes na pessoa do Presidente da Mesa, e relativamente à questão sobre os serviços prestados pela empresa Top RH, referiu que não tendo presente o contrato não poderia elencar todos os serviços contratualizados com a mesma, mas explicou que a prestação de serviços se prendia com a prestação de apoio aos funcionários de recursos humanos

do município nas questões do descongelamento das carreiras, que obrigou à análise de todos os processos de todos os funcionários, relativamente aos pontos atribuídos a cada um e às últimas subidas nas carreiras e a revisão do regulamento interno, no que respeita aos procedimentos concursais, nomeadamente do PREVPAP e outros serviços. Em relação às questões colocadas sobre a EPAVE, referiu que todas as escolas profissionais estão sujeitas às diretivas nacionais, e ao catálogo nacional dos cursos profissionais, não podendo por isso abrir todas as turmas e os cursos que querem. E que a EPAVE monitoriza o percurso efetuado pelos seus formandos após a conclusão dos seus cursos, e que têm a informação que a maior parte dos formandos se encontra a trabalhar nas suas áreas de formação, e que a EPAVE tem uma pessoa que faz esse acompanhamento.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado Manuel Sousa.

Interveio o deputado Manuel Sousa, cumprimentou todos os presentes e insistiu na questão da empregabilidade da EPAVE, salientando que não lhes bastava que o executivo dissesse que existia uma pessoa a fazer a monitorização, mas que deveria existir um relatório com esses dados, para os tornar públicos. Salientou ainda, que conhecia a realidade das escolas profissionais, em terem que seguir as diretivas nacionais, e a impossibilidade de abrirem os cursos que querem, mas realçou a importância de existir um levantamento das necessidades do mercado local para fazer ver ao governantes as reais necessidades, para se poderem abrir esses cursos, de acordo com as necessidades do mercado.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à deputada Carla Santos.

Interveio a deputada Carla Santos, que usou da palavra para comunicar que o MAI propunha a criação de um observatório para monitorizar as informações referentes ao acompanhamento dos formandos da EPAVE, e o seu ingresso no mercado de trabalho.

Seguidamente, o Presidente da Mesa concedeu novamente a palavra à Vereadora Gabriela Fonseca, para que pudesse responder.

Interveio a Vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e informou que os relatórios de acompanhamento, referentes aos dados sobre a empregabilidade dos formandos, existem e podem ser facultados. E salientou que nunca se trabalhou tão bem, nesta área, como atualmente se trabalha e que a ligação com as empresas tem sido total e que o levantamento das necessidades de formação, quer a nível das empresas quer a nível da CIM do Ave, tem sido efetuado.

Em resposta ao deputado Manuel Sousa, relativamente aos cursos ligados à produção agrícola, referiu que, hoje em dia, como era do conhecimento geral, era muito difícil cativar os jovens para esta área, e para ser viável a abertura de novos cursos seria necessário um número mínimo de alunos. Informou ainda que alguns cursos exigiam um grande investimento em materiais para se poder abrir os mesmos, e que neste momento, nem a EPAVE nem a Escola Secundária dispõem de condições para abrir esses cursos. E deu o exemplo da PROZIS, que tenciona criar uma cozinha para confecção de refeições e pastelaria, e que necessitaria de pessoas qualificadas na área de segurança alimentar.

Por fim, salientou que o acompanhamento que é feito à EPAVE também é feito com a Escola Secundária, que também leciona cursos profissionais, e que o trabalho da EPAVE tem sido tão positivo que o número de alunos tem vindo a aumentar.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, Avelino Silva.

Interveio novamente o Presidente da Câmara e dirigiu a palavra ao deputado Manuel Sousa, para referir que a Câmara Municipal tem um acordo com o IEFP para, em conjunto com os industriais do nosso concelho, o IEFP poder realizar formações de acordo com as necessidades das empresas. Salientou que esse trabalho foi realizado com a PROZIS e com a nova empresa têxtil que se fixou na Póvoa de Lanhoso e será para realizar com todas as empresas do concelho.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à deputada Carla Santos, para pedido de esclarecimentos.

Interveio a deputada Carla Santos, e usou da palavra apenas para relembrar que a sua questão sobre a prestação de serviços da empresa Forminho não tinha sido respondida pela Câmara.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à Câmara Municipal para responder.

Interveio novamente a Vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e respondeu que os serviços prestados pela Forminho se deveram à prestação de apoio numa candidatura, no âmbito da Modernização Administrativa.

Seguidamente, o Presidente da Mesa verificou que não existiam mais inscrições para pedidos de esclarecimento e deu este ponto por terminado.

Deliberação a: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação trimestral da EPAVE – 4.º Trimestre, nos termos da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Deliberação b: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação sobre os compromissos plurianuais assumidos no ano de 2017.

Deliberação c: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação sobre os apoios prestados no ano de 2017, no âmbito do regulamento para atribuição de apoios a Juntas de Freguesia ou União de Freguesias do Concelho da Póvoa de Lanhoso – Câmara Amiga das freguesias.

Depois, o Presidente da Assembleia passou ao ponto quatro da ordem de trabalhos. **Ponto Quatro: Proposta da Câmara Municipal para alteração ao mapa de pessoal do município da Póvoa de Lanhoso, nos termos do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários da Administração Pública, recentemente regulado pela Lei n.º 112/2017.** Informou sobre a distribuição dos tempos e concedeu a palavra à Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto.

Interveio a Vereadora Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“Como sabem, em 29 de dezembro foi aprovada pelo Governo uma legislação para vincular, extraordinariamente, os chamados precários da administração pública. A nossa proposta é para regularizar a situação de 17 trabalhadores, três técnicos superiores, um técnico administrativo e treze assistentes operacionais. No mapa que foi aprovado, aquando da aprovação do orçamento, tínhamos previsto vinte vagas, só pudemos aproveitar quatro dessas vagas, atendendo aos conteúdos funcionais que eram necessários. Tal como a Lei indica, quando não existe vaga no mapa de pessoal, só podemos criar as vagas estritamente necessárias para a regularização extraordinária dos vínculos precários da administração pública. Foi aquilo que nós fizemos: conseguimos aproveitar quatro das vinte vagas que já existiam no mapa de pessoal que foi aprovado aquando do plano e orçamento, e criámos mais treze vagas, de acordo com os conteúdos funcionais que vão ser postos a concurso. Por isso constarem aí no mapa 33 vagas. Muito Obrigada.”*

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Diogo Sousa.

Interveio o deputado Diogo Sousa, cumprimentou todos os presentes e, relativamente a este ponto, referiu: *“A bancada parlamentar do PSD defenderá, sempre, toda e qualquer medida que promova a estabilidade, e consequentemente, potencie as competências do quadro de pessoal. A proposta que o executivo nos apresenta visa,*

utilizando este mecanismo legal, refiro-me aqui naturalmente à Lei 112/2017, regularizar o vínculo jurídico de pessoal que se encontra a desempenhar funções correspondentes a necessidades permanentes, contribuindo, assim, para a estabilidade que defendemos. Consideramos, ainda, que foram rigorosamente escolhidas, com base nas reais necessidades do serviço, as áreas prioritárias a integrar no quadro de pessoal. Por tudo isto, e porque consideramos que a criação de novos serviços exige a necessidade de dotar o quadro de pessoal de recursos humanos profissionais e motivados, votaremos favoravelmente a proposta apresentada. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou todos os presentes e referiu que: *“A Lei 112/2017, que regula o PREVPAP – programa de regularização extraordinária dos vínculos precários da administração pública – abre portas à possibilidade de as Câmaras Municipais e as juntas de freguesi, aplicarem o mesmo procedimento da administração central. Isto é, caso existam trabalhadores que exerçam ou tenham exercido funções que correspondam à necessidade permanente dos órgãos ou serviços das autarquias locais e que se encontravam com um vinculo desadequado venham a ver a sua situação regularizada, o que acontece no caso da nossa autarquia.*

Face à proposta da Sr.ª Vereadora, Dr.ª Gabriela Fonseca, de alteração do mapa de pessoal por forma a acabar com as situações de precariedade na autarquia, o PS vê esta proposta como extremamente positiva e ressalva que mais importante do que a questão financeira, que isto possa acarretar, é o facto de estes trabalhadores verem os seus direitos reconhecidos pelo município.

Sr. Presidente, caras e caros deputados, o município da Póvoa de Lanhoso deverá primar sempre, entre outros, pelo princípio da igualdade e proteção dos trabalhadores e, claro, das suas famílias. É o momento de se exigir comprometimento com todas as situações de precariedade. Assim, importa frisar que esta regularização não sirva ou venha a servir para abrir vagas à introdução de novos precários na nossa autarquia. Face ao exposto, e fazendo fé na normalização do mapa de pessoal do nosso município, o PS votará favoravelmente este ponto. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado Rui Rebelo, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu que: *“Considerando que esta proposta vem no âmbito e na sequência de um programa de regularização extraordinária, com força legal; considerando, ainda, que confiamos na bondade e idoneidade da proposta, que aliás, como agora foi referido pelo*

deputado municipal que me antecedeu, é para resolver e integrar uma situação de injustiça, nós, membros do grupo parlamentar do MAI, vamos votar favoravelmente esta proposta. Mas não deixamos de instar a Câmara Municipal, e neste aspeto tem a nossa solidariedade e apoio, para que nesta medida sequencial se aposte na qualificação e na valorização dos nossos recursos humanos da Câmara Municipal. Obrigado Sr. Presidente.”

Depois, o Presidente da Mesa verificou que a Câmara Municipal não pretendia intervir e que não existiam inscrições para pedidos de esclarecimentos, pelo que passou à votação deste ponto.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para alteração ao mapa de pessoal do município da Póvoa de Lanhoso, nos termos do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários da Administração Pública, recentemente regulado pela Lei n.º 112/2017.

Seguidamente, o Presidente da Mesa passou ao ponto cinco da ordem de trabalhos. **Ponto Cinco: Proposta da Câmara Municipal para afetação ao domínio público de áreas integrantes do espaço denominado “Recinto da Feira Semanal”, sito na freguesia da Póvoa de Lanhoso - Nossa Senhora do Amparo, para os efeitos previstos na al. q) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.** Informou sobre a distribuição dos tempos e concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação deste ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e explicou que este ponto era um ponto de ordem técnica, que se prendia com o facto de, na sequência da realização das obras de requalificação do terreno destinado ao espaço da feira semanal e por este não estar registado como domínio público ser necessário efetuar esse registo

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à deputada do PSD, Fátima Campos.

Interveio a deputada Fátima Campos, cumprimentou todos os presentes e referiu que: *“As áreas de terreno que compõem o dito recinto municipal são compostas por dois terrenos urbanos e um terreno rústico que perfazem, aproximadamente, 4,8 hectares, e que foram adquiridos há várias décadas, através de escrituras públicas de doação e de compra e venda. Parece-nos que será consensual que, atento ao uso que é dado ao recinto, nomeadamente a realização da feira semanal, esta proposta do município em fazer integrar estas áreas no espaço de domínio público, iria merecer votação favorável*

por parte de todas as bancadas parlamentares, mesmo que não estivesse subjacente qualquer tipo de intervenção para a área.

No caso em concreto, está aprovado o projeto base relativo á reabilitação do largo da feira e sua envolvente, o que vai dignificar esta área e torna-la urbanisticamente mais cuidada e funcional, focando-se na mobilidade, no maior conforto de todos os que a frequentam e seguindo o fio condutor da regeneração urbana.

É importante sublinhar esta atitude atenta e consciente deste executivo, para com os problemas e preocupações da população, pensando cumulativamente no impacto positivo que uma intervenção neste recinto trará para a dinamização e valorização económica para os feirantes e para todos aqueles que semanalmente se dirigem á feira. Devemos valorizar a feira como um evento importante do ponto de vista económico, para além de assumir um papel fundamental na dinâmica semanal desta vila. Devemos, ainda, pensar neste recinto, não só como palco semanal da feira, mas sim como uma área central, que terá a possibilidade de acolher outros eventos e ter outras funcionalidades, turísticas, e daí a candidatura para a sua requalificação.

Como nota final, face à linha orientadora desta maioria em disponibilizar aos cidadãos parques de lazer, ruas confortáveis, infraestruturas básicas, equipamentos públicos e modernizados, o que se traduzirá numa imagem mudada, rejuvenescida e sobretudo de progresso, tal como já referi, estamos certos que aprovaremos este ponto com unanimidade.”

E concluiu a sua intervenção desejando a todos umas ótimas festas de S. José.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e usou da palavra apenas para informar que a bancada parlamentar do PS votaria favoravelmente esta proposta, lamentando, no entanto, não dispor da mesma informação que a bancada parlamentar do PSD, sobre as obras que se irão realizar no recinto da feira e sua envolvente.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do MAI, Pedro Santos.

Interveio o deputado Pedro Santos, cumprimentou todos os presentes e informou que também a bancada parlamentar do MAI votaria favoravelmente este ponto, contudo referiu que: *“(...)Sr. Presidente, de forma sucinta pretendemos saber prazos, qual o prazo para o lançamento do procedimento e qual o prazo previsto para a execução da obra, prazo que tem sido muito polemico por estes dias.*

Segundo ponto, os custos. Qual o valor suportado pelo município em relação à intervenção proposta?

E terceiro ponto, o da utilização. Como será assegurada a realização da feira semanal durante o período da empreitada? Irá haver lugar a novas concessões aos feirantes, ou o que é que está previsto fazer? Quanto à multifuncionalidade noticiada, gostaríamos de perguntar ao Sr. Presidente, se estão previstos alguns outros tipos de concessões, para além das dos feirantes, e que tipo de aproveitamento já tem em mente para os restantes dias que não a quinta-feira. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para responder.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, e referiu que não podia responder às questões colocadas pelo deputado do MAI, uma vez que a candidatura ainda não se encontrava aprovada, mas referiu que logo que a candidatura fosse aprovada e tivessem esses elementos, os mesmos seriam disponibilizados aos deputados da Assembleia Municipal.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado Manuel Sousa, para pedido de esclarecimentos.

Interveio o deputado Manuel Sousa, cumprimentou novamente todos os presentes e usou da palavra apenas para referir que, na sua opinião, uma obra desta natureza deveria ser discutida publicamente, deveria ser ouvida a opinião dos povoenses.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado Luís Amaro.

Interveio o deputado Luís Amaro, que usou da palavra apenas para enquadrar o que foi dito num pedido de esclarecimento, salientando que o que estava em causa era a afetação dos terrenos ao domínio público e não o projeto da obra ou a candidatura para a realização dessas obras.

Seguidamente, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado Filipe Silva, que interveio apenas para responder ao deputado Luís Amaro que foi a deputada do PSD que começou por debater o projeto e a candidatura.

Depois, o Presidente da Mesa verificou que a Câmara não pretendia intervir e que não existiam mais inscrições para pedidos de intervenção, pelo que colocou o ponto cinco à votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para afetação ao domínio público de áreas integrantes do espaço denominado “Recinto da Feira Semanal”, sito na freguesia da Póvoa de Lanhoso - Nossa Senhora do Amparo, para os efeitos previstos na al. q) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Seguidamente, o Presidente da Mesa passou ao sexto e último ponto. **Ponto Seis: Proposta da Câmara Municipal para aprovação do projeto de Regulamento de Medidas de Apoio Social – Póvoa Solidária, para os efeitos previstos na al. g) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.** E concedeu a palavra à Câmara para apresentação do ponto.

Interveio a vereadora, Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“Este regulamento, Póvoa Solidária, engloba vários outros regulamentos – como o NaturaLanhoso, HabitaLanhoso, Apoio à renda, as bolsas de estudo, o programa Viver+, o Juventude em Movimento – mas as principais alterações dizem respeito ao regulamento das bolsas de estudo. Este regulamento esteve em discussão pública 60 dias, durante o ano de 2017, entre reuniões de Câmara; para aprovação temos pelo menos três meses, portanto isto já foi debatido o ano passado e foi ouvida, também, a Comissão para a Educação, Juventude e Desporto, no âmbito da Assembleia, mas o que se alterou foram apenas três artigos no regulamento das bolsas de estudo.*

O regulamento dizia que eram excluídos da candidatura os candidatos que tivessem um rendimento per capita superior a 75% da remuneração mínima nacional, enquanto que na fórmula de cálculo dos outros apoios, constantes deste regulamento, os rendimentos per capita estavam indexados ao IAS, pelo que não fazia sentido que no mesmo regulamento houvesse regulamentos que se referissem ao IAS e outro à remuneração mínima nacional; deviam falar todos a mesma linguagem, e portanto, no regulamento das bolsas de estudo, onde se lia remuneração mínima nacional, passa-se a ter como referência o IAS.

Por outro lado, também estavam definidos os critérios para atribuição das bolsas de estudo em casos de candidatos que fossem irmãos, por forma a beneficiar o maior número de famílias. Tem-se verificado, ao longo dos anos, que os agregados familiares são cada vez mais diferentes uns dos outros, pelo que existiam candidatos que podiam ser pai e filho, ou outros graus familiares que não o de irmãos; assim, onde se referia a candidatos irmãos, refere-se a candidatos do mesmo agregado familiar.

Um outro artigo que foi acrescentado, foi – porque nós anunciámos e negociámos isso também, nomeadamente com os bombeiros, no dia 5 de setembro, ou antes, salvo erro, - que no caso de bolsas de estudo de bombeiros voluntários ou socorristas da cruz

vermelha, as bolsas de estudo são majoradas em 25%. São praticamente estas as alterações que se propõem. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou todos os presentes, e referiu que a bancada parlamentar do PSD se encontrava inteirada sobre as alterações ao regulamento, que as considerava válidas e essenciais, pelo que a bancada parlamentar votaria favoravelmente este ponto.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à deputada do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada Carla Santos, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“ Sr. Presidente, a área social é, para o grupo parlamentar do MAI, um eixo estratégico do desenvolvimento do concelho, neste sentido solicitamos alguns esclarecimentos, relativamente aos instrumentos previstos neste regulamento.*

Os instrumentos de apoio ao arrendamento e tarifa social da água, têm carácter transitório? Se sim, o que significa atribuir por 12 meses, eventualmente renovável, sem que o renovável tenha prazo definido? Que trabalho está a ser desenvolvido a montante e a jusante dos mecanismos previsto neste regulamento que promova a quebra dos ciclos de pobreza e evite a subsidiodependência? Qual foi o máximo de tempo até agora atribuído, no âmbito do regime de apoio ao arrendamento? De que forma é que a Câmara Municipal avalia o impacto dos apoios atribuídos? O regulamento prevê a atribuição de bolsas de estudo a alunos que frequentam o ensino particular: tratando-se de dinheiro público não deveria a Câmara Municipal promover o ensino público e garantir que as bolsas de estudo seriam atribuídas a estudantes carenciados do ensino público? O Regulamento está em conformidade com a lei de proteção de dados recentemente aprovada? Muito Obrigada.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, José Faria.

Interveio o deputado José Faria, cumprimentou todos os presentes e começou por saudar todos os deputados eleitos, desejando um bom mandato a todos, uma vez que não pôde estar presente na primeira sessão, na sessão da tomada de posse. Relativamente ao ponto em questão, também elencou os diferentes regulamentos e programas de apoio social constantes do regulamento Póvoa Solidária, que o mesmo já tinha sido aprovado em reunião de Câmara e que, em coerência com os vereadores da oposição, informou que a bancada parlamentar do PS votaria favoravelmente este

ponto e que estariam atentos, quer ao acesso quer à atribuição destes apoios, a fim de precaver que os mesmos sejam justos.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à Câmara Municipal para responder.

Interveio a Vereadora, Gabriela Fonseca, cumprimentou novamente todos os presentes e, em resposta à deputada Carla Santos, explicou que, no caso dos apoios à renda e da tarifa social da água, estes nunca se prolongavam por mais de 12 meses, ou 10, no caso das bolsas de estudo, o que equivale ao ano letivo, sendo necessário a candidatura aos mesmos todos os anos.

Relativamente à questão da atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino privado, referiu que é uma defensora do ensino público e que os seus filhos sempre frequentaram o ensino público; contudo, por vezes há alunos carenciados que não conseguem ingressar na ensino universitário público perto da sua área de residência, optando pelo ensino privado que, por vezes, por ser mais próximo da sua residência, acaba por ficar mais barato, por evitar outras despesas como o alojamento, e que o próprio Estado atribui bolsas de estudo a estes alunos.

Em relação à proteção de dados, referiu que todos os processos e requerimentos estão a ser revistos, tendo em conta a referida legislação.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, a proposta da Câmara Municipal para aprovação do projeto de Regulamento de Medidas de Apoio Social – Póvoa Solidária, para os efeitos previstos na al. g) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Seguidamente, foi lida a seguinte declaração de voto da bancada parlamentar do MAI: “*Senhor Presidente da Assembleia Municipal.*

O Grupo Parlamentar Municipal do Movimento Alternativa Independente (MAI) na Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, vem fazer constar da Ata da reunião da Assembleia Municipal, sessão ordinária, realizada em 28 de fevereiro de 2018, a sua declaração de voto referente ao ponto seis da Ordem do Dia, nos termos e com os fundamentos seguintes:

1.º Considerando que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não respondeu cabalmente às questões centrais identificadas; a saber:

a) Os instrumentos Apoio ao Arrendamento e Tarifa Social de Água têm carácter transitório? Se sim, o que significa atribuído por 12 meses eventualmente renovável (sem prazo definido)?

b) Que trabalho está a ser desenvolvido, a montante e a jusante dos mecanismos previstos neste Regulamento, que promova a quebra dos ciclos de pobreza e evite a subsidiodependência?

c) De que forma é que a Câmara Municipal avalia o impacto dos apoios previstos?

d) O Regulamento em apreço prevê a atribuição de Bolsas de Estudo a alunos que frequentam o Ensino Privado. Tratando-se de dinheiro público, não deveria a Câmara Municipal promover o Ensino Público e garantir que as bolsas de estudo seriam atribuídas a estudantes carenciados do Ensino Público?

e) O Regulamento em apreço está em conformidade com a Lei de Proteção de Dados, recentemente aprovada?

2.º Considerando que a presente submissão à Assembleia Municipal do Projeto de Regulamento de Medidas de Apoio Social – Póvoa Solidária, deveria acarretar neste plenário um processo idóneo e esclarecido de apreciação e debate para que a votação final ocorresse quer na generalidade quer na especialidade do documento, como determina o bom procedimento logístico de qualquer regulamento;

3.º Considerando que o Projeto de Regulamento de Medidas de Apoio Social – Póvoa Solidária, constituir-se-á num documento oficial cuja redação deveria compreender regras claras e bem escritas, daí nos parecer que o texto em apreço mereceria ser objeto de uma rigorosa revisão, uma vez que padece de manifestos erros ortográficos e de sintaxe que, em nada, dignificam este Órgão Municipal;

O Grupo do Movimento Alternativa Independente deseja com veemência que, no futuro, a aprovação deste Regulamento e outros instrumentos de apoio sejam consistentes com uma efetiva e verdadeira estratégia de desenvolvimento social e económico do Concelho.

Ora, de momento e nas circunstâncias políticas enunciadas, entende não estarem clarificadas as informações essenciais para um processo decisório consciente.

Face ao exposto, o Grupo Movimento Alternativa Independente abstém-se no ponto deliberativo em questão.

Vila da Póvoa de Lanhoso, 28 de fevereiro de 2018.”

Seguidamente o Presidente da Mesa deu por terminado o Período da Ordem do Dia e passou ao Período de Intervenção do Público, referindo que existia apenas um pedido de intervenção e concedeu a palavra ao Sr. José Oliveira.

Interveio o Sr. José Oliveira, cumprimentou todos os presentes, colocou algumas questões sobre o tempo disponível para a intervenção do público e sugeriu a alteração do PIP para o meio da sessão, em vez de ser no final. E referiu que a questão que motivou a sua intervenção se prendia com os valores de isenção de

IMT para os prédios em Fontarcada, os quais foram falados em sessões anteriores e que achou demasiado elevados, no caso dos prédios urbanos.

O Presidente da Assembleia esclareceu as questões relacionadas com os tempos do PIP e agradeceu a intervenção. E por fim, colocou à consideração do plenário a aprovação da ata em minuta, permitindo desta forma a imediata eficácia das deliberações tomadas; declarou que foi aprovada por unanimidade e deu por terminada a sessão, desejando a todos uma boa noite, umas boas Festas de S. José e umas boas Festas Pascais.